

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS

CLAUDIA MARIA WAECHTER PEDROSO

**JACIARA/MT:
DO TEMPO PASSADO DA COLONIZAÇÃO E DA USINA AO TEMPO
FUTURO DA AGRICULTURA MODERNA E DO TURISMO**

CUIABÁ – MT
2015

CLAUDIA MARIA WAECHTER PEDROSO

**JACIARA/MT:
DO TEMPO PASSADO DA COLONIZAÇÃO E DA USINA AO TEMPO
FUTURO DA AGRICULTURA MODERNA E DO TURISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação, Mestrado em História, na linha de pesquisa “Territórios, Temporalidade e Poder” da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito para a obtenção do título de mestre em história.

Orientador: Prof. Dr. José Manuel Carvalho Marta.

CUIABÁ – MT
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

W126j Waechter Pedroso, Claudia Maria.
JACIARA/MT : DO TEMPO PASSADO DA COLONIZAÇÃO E DA USINA
AO TEMPO FUTURO DA AGRICULTURA MODERNA E DO TURISMO /
Claudia Maria Waechter Pedroso. -- 2015
99 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: José Manuel Carvalho Marta.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de
Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2015.
Inclui bibliografia.

1. Jaciara. 2. Economia. 3. Colonização. 4. Agricultura Moderna. 5. Turismo. I.
Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

CLAUDIA MARIA WAECHTER PEDROSO

**JACIARA/MT:
DO TEMPO PASSADO DA COLONIZAÇÃO E DA USINA AO TEMPO
FUTURO DA AGRICULTURA MODERNA E DO TURISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação, Mestrado em História, na linha de pesquisa “Territórios, Temporalidade e Poder” da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito para a obtenção do título de mestre em história.

Aprovado em: 22/07/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Manuel Carvalho Marta (Presidente) - PPGHis UFMT

Prof. Dr. Edison Antônio de Souza (Membro Externo) - UNEMAT

Prof. Dr. João Carlos Barrozo (Membro Interno) - PPGHis UFMT

Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto - (Membro Suplente) - PPGHis UFMT

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos amigos que direta ou indiretamente colaboraram com esse trabalho.

Ao Professor Doutor José Manuel Carvalho Marta, meu orientador e amigo. Agradeço a banca por aceitar o convite de participar de minha defesa e poder colaborar com minha formação.

"É que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça" (Cora Coralina).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é extrair informações pertinentes à história e economia do município de Jaciara no Estado de Mato Grosso na perspectiva das transformações econômicas ocorridas ao longo do processo de colonização do município que é visto, como o “tempo passado”, o qual foi percorrido pelas atividades produtivas da Usina de cana-de-açúcar. Usina essa, que teve ação influenciadora na história da cidade e continua tendo ação direta sobre esta até os dias atuais, desse modo a cidade enfrenta dificuldades diante de crises financeiras que instigam toda a dinâmica econômica de Jaciara. Diante disso a população do município buscou colocar em seu horizonte uma expectativa para “tempos futuros” dando abertura para o turismo e a agricultura moderna, como atividades econômicas alternativas capazes de solucionar a situação de crise.

PALAVRAS-CHAVE: Jaciara, Economia, Colonização, Agricultura Moderna, Turismo.

ABSTRACT

The objective of this study is to extract relevant information to the history and economy the county of Jaciara state of Mato Grosso from the perspective of economic transformations that have occurred over the colonization process of the county that is seen like “Past age”, which was covered by the productive activities of the power plant sugarcane. This power plant, which had influential action in the city’s history and it continues to have direct action on the city until today, thus the city faces difficulties front of financial crises that instigate the entire economic dynamic of Jaciara. Therefore the local population has sought to place on their horizon expectation to “future age” giving opening for tourist and modern agriculture, like alternative economic activities capable of solving the crisis.

KEY-WORDS: Jaciara, Economy, Colonization, Modern Agriculture, Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Mapa ilustrativo Jaciara MT | 10 |
| Figura 2: Propaganda de venda de terras – CIPA..... | 40 |
| Figura 3: Propaganda da Colonizadora CIPA para pequenos lavradores..... | 41 |
| Figura 4: Reportagem “Uma Usina na História” | 66 |
| Figura 5: Reportagem sobre o Vale das Perdas e sítio arqueológico..... | 72 |

QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Participação Setorial do município de Jaciara (2000-2010) | 71 |
| Quadro 2: Produção Agrícola do município de Jaciara (2000-2010) | 78 |
| Quadro 3: Produção Agrícola no município de Jaciara (2009-2013) | 78 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CDPA** - Comissão de Defesa da Produção de Açúcar
- CEAM** – Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor
- CEMAT** – Centrais Elétricas Mato-grossenses
- CIPA** - Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola Ltda.
- CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho
- CNA** - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COMAJUL** - Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira
- COOPERJAC** - Cooperativa Agrícola de Produtos de Cana de Jaciara Ltda
- CPP** - Comissão de Planejamento da Produção
- EMABRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Pecuária
- FUNPROÇUCAR** - Fundo da Produção de Açúcar
- IAA** - Instituto do Açúcar e do Álcool
- IDHM** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IHGMT** - Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- OIA** - Observatório de Impacto Ambiental
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PIN** - Plano de Integração Nacional
- PROALCCOL**- Programa Nacional do Álcool
- PRF** – Polícia Rodoviária Federal
- SANEMAT** – Companhia Estadual do Estado do Mato Grosso
- SUDAM** - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- SUDECO** - Superintendência de desenvolvimento de Centro Oeste
- TELEMAT** – Telecomunicações do Estado do Mato Grosso

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 O TEMPO DA COLONIZAÇÃO: O TEMPO PASSADO | 21 |
| 1.1 Introdução | 21 |
| 1.2 O processo de colonização: a Marcha para Oeste | 21 |
| 1.3 A Fundação Brasil Central | 23 |
| 1.4 As Colônias Agrícolas Nacionais | 29 |
| 1.5 Colônias Agrícolas no estado de Mato Grosso | 31 |
| 1.6 As Colônias Agrícolas Estaduais | 33 |
| 1.7 A Colônia Fátima de São Lourenço | 34 |
| 1.8 A controvérsia local da colonização de Jaciara..... | 36 |
| 1.9 A CIPA (Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola Ltda.) | 38 |
| 2 O TEMPO DA USINA: O TEMPO PASSADO E PRESENTE | 45 |
| 2.1 Engenhos e Usinas de Açúcar e Álcool no Mato Grosso..... | 45 |
| 2.2 Engenhos e Engenhocas no Período Colonial no Mato Grosso | 46 |
| 2.3 Aspectos da revolução do vapor no Rio Cuiabá: As Usinas do Rio Abaixo | 48 |
| 2.4 A Usina de Jaciara | 53 |
| 2.5 O PROALCOOL no Estado do Mato Grosso: Usinas de Álcool e Anexas de Açúcar..... | 56 |
| 2.6 O PROÁLCOOL no município de Jaciara | 60 |
| 2.7 A crise na Usina de Jaciara..... | 66 |
| 3 O TEMPO DA MODERNIZAÇÃO: TURISMO E AGRICULTURA MODERNA NO HORIZONTE DE EXPECTATIVA DO TEMPO FUTURO | 71 |
| 3.1 Introdução | 71 |
| 3.2 O Turismo como horizonte de expectativa..... | 72 |
| 3.3 A Agricultura Moderna em Jaciara | 77 |
| 3.4 A Soja no município de Jaciara..... | 82 |
| 3.5 A produção de milho no município de Jaciara | 85 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 90 |
| REFERÊNCIAS | 92 |
| FONTES DOCUMENTAIS | 94 |
| FONTES ORAIS..... | 94 |
| ANEXOS | 95 |

INTRODUÇÃO

O município de Jaciara se situa na região sul do Estado de Mato Grosso, a 142 km de distância da capital Cuiabá. Possui uma extensão territorial de 1.653 km², e está delimitado pelos rios da bacia do Rio São Lourenço que se apresenta como baliza entre este município e Santo Antônio do Leverger, Dom Aquino, Juscimeira e Campo Verde, IBGE Cidades (2010)¹.

Figura 1: Mapa ilustrativo Jaciara MT



FONTE: Portal Mato Grosso.²

Implantada em relevo ondulado o município conta com altitude que não supera os 370 metros. Nesse relevo destacam-se dois níveis: um vale onde se localiza a parte da sede do município e um chapadão, onde está a área ocupada pela agricultura.

O clima tropical *AW* (classificação Köppen-Heiger) apresenta-se com estações bem definidas, marcada por chuvas e estiagem em períodos regulares.

Na vegetação original encontravam-se matas ciliares e cerrado que foram substituídas, em grande parte, por agricultura de cana de açúcar e produção de grão. Tais características são encontradas nesta região como em outros municípios

¹Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510480&search=mato-grosso|jaciara> >. Acesso em: 23/05/2015.

²Disponível em: < <http://www.mteseusmunicipios.com.br/> >. Acesso em: 23/05/2015.

do Mato Grosso sendo considerados aptos e adequados para a agricultura mecanizada, sobretudo a partir da chamada modernização agrícola.

O município tem sua área banhada pela bacia do rio São Lourenço, (afluente do rio Cuiabá), situado nas chapadas do norte do Pantanal. Passando pelo terreno acidentado, com altitude relativamente elevada se explica a existência de diversos trechos encachoeirados ao longo dos rios que atravessam seu território. Nos rios e riachos que compõem a bacia existem afluentes que se caracterizam por seu potencial turístico e de lazer, como o rio Tenente Amaral.

O Vale do Rio São Lourenço é uma região que foi construída historicamente através de um processo de ocupação que se intensificou por meio da colonização a partir da década de 1940. Mas a ocupação da região se deu muito antes disso, com uma presença humana ratificada com a descoberta nos anos 1980³ de pinturas e desenhos rupestres, que são vestígios artísticos ou formas de comunicação que foram estampados nas paredes de pedra das cavernas. São desenhos de animais e homens que permitem concluir que se tratava de povos que tinham como atividade produtiva principal a caça, destinada ao consumo próprio ou coletivo.

A presença de índios Bororos também pode ser atestada através da localização de material arqueológico de uma antiga aldeia do século XIX, SOUZA, PAGLIARO & VENTURA SANTOS (2005)⁴.

Todavia, o processo de colonização da região foi iniciado no século XIX atraindo migrantes para localidades próximas do Rio Brilhante em locais conhecidos como “Fundão” e “Cabeceira do Olho de Boi”. A intensificação do processo de ocupação da região se intensificou a partir da década de 1940, com a instalação da Colônia Agrícola Estadual de São Lourenço de Fátima, e com a compra das terras da região em 1947 por parte de Milton Ferreira da Costa, que constituiu a empresa de colonização CIPA (Colonizadora Industrial, Pastoral e Agrícola Ltda.).

A partir do projeto de colonização desenvolvido pela CIPA foram estabelecidos os primeiros lotes rurais e o projeto de urbanização que com o crescimento demográfico resultaram em três outros municípios: São Pedro da Cipa, Dom Aquino e Juscimeira.

³ O principal sítio arqueológico do município é a Gruta das Perdas que possui em seus paredões pinturas rupestres datadas entre 3.620 a 4.610 anos. Foram descobertas em 1984 pelos arqueólogos franceses Denis Vialou e Agueda Vilhena Vialou.

⁴ SOUZA, PAGLIARO & VENTURA SANTOS. *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP; 2005. p. 79-102.

Em uma área regional de 4.405 km², os municípios que se constituíram a partir daquela colonização, estão assentados autonomamente, cujas sedes estão em um raio aproximado de 20 quilômetros de Jaciara que detém 25,8% da área, sendo o mais populosos e o mais antigo.

Portanto Jaciara pode ser considerada como a cidade polo, nucleando os municípios de São Pedro da Cipa, Dom Aquino e Juscimeira⁵, com uma população que representa 51,0% dos 49.373 habitantes daquela parte do Vale do Rio São Lourenço. Sua população era de 25.647 habitantes no Censo de 2010 e tinha uma estimativa de ter uma população de 26.281 habitantes no ano de 2014, com uma densidade populacional de 15,51 hab/km².⁶

Essa população, de maioria masculina e urbana, vem apresentando um crescimento do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)⁷, que em 1991 era de 0,495, passa para 0,634 em 2006, e alcançou 0,735 em 2010, segundo os Censos do IBGE. Esse crescimento indica uma melhoria na qualidade de vida da população no período. Acrescenta-se que mais de 84% da população é alfabetizada e no Censo de 2010 estavam devidamente matriculados no ensino fundamental 3.918 alunos e no ensino médio mais 1.411 alunos. Outro indicador econômico favorável é o PIB (Produto Interno Bruto) médio municipal, que no ano de 2012 era de R\$ 18.661,61 anuais, o que significa, aproximadamente, uma renda média mensal de 3,5 salários mínimos.

As atividades econômicas na região têm como base a prestação de serviços, que a preços correntes em 2011 gerou cifras de R\$ 479.736 mil, no qual se inclui o comércio, que teve produção de R\$ 231.766 mil o que equivale a 48,31% da produção municipal. O setor primário da economia havia sido responsável pela produção de R\$ 131.702 mil, ou seja, 27,45% de toda a produção municipal. O segmento industrial produziu R\$ 79.454 mil ou 16,56% da produção total municipal.

⁵ Dados: Jaciara com IDHM 2010 de 0,735, comprado com 0,714 de Juscimeira e 0,660 de São Pedro da Cipa. Dados do PIB Per Capta 2010 mostram Jaciara com 21.229,28, Juscimeira com 18.957,13 e São Pedro da Cipa com 8.116,08.

Disponível

em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=510480&idtema=16&search=mato-grosso|jaciara|sintese-das-informacoes>. Acesso em 04/06/2015.

⁶

Disponível

em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510480&search=|inforgr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em 23/05/2015.

⁷ O IDHM é um indicador médio de renda de seus moradores, no qual se associa à longevidade da população e o padrão de saúde, bem como os anos de escolaridade.

Outros dados econômicos atuais são fundamentais para a compreensão da dinâmica econômica do município. A economia do meio urbano, (considerando indústria, comércio e serviços) contava em 2011 em torno de 850 empresas que ocupavam 6.789 pessoas. Em 2012, esses estabelecimentos empregavam 7.345 trabalhadores, indicando um crescimento de 8,1% no nível de emprego. Destaca-se o grande potencial turístico do município, que permitiria elevar o nível de emprego mas que a tratado como informal não revela seus números.

Dentre as atividades econômicas e industriais destacam-se as usinas de álcool e açúcar. O desmembramento do município de São Pedro da Cipa, em 1991 transferiu uma das usinas de álcool e açúcar, e por consequência, ocorreu uma redução na arrecadação municipal. A instalação de novas unidades industriais como fábrica de ração, de compensados, produtos de PVC, de colchões e estofados operando no município passaram a dar ao município um perfil mais urbano..

A atividade comercial conta com dois Centros de Distribuição de móveis e lojas de atendimento às demandas regionais e ao mercado agrícola que atende a região polarizada. Os Centros de Distribuição aviam as lojas instaladas no Estado de Mato Grosso.

Estruturalmente, o município de Jaciara conta com uma subestação rebaixadora de eletricidade - SE/JACIARA cuja função é estabilizar a qualidade de energia elétrica a ser distribuída. Estando ligada a rede nacional o que alterou sua geração, antes utilizando energia termelétrica à Diesel.

Também a sede municipal é servida pelas rodovias BR 364 e BR 163 e as estradas estaduais, cujo antigo trajeto margeando a cidade, passou a ser incorporado com o crescimento da mesma. Essas vias de transporte são estratégicas do ponto de vista de logística de escoamento de produção, tanto para acessar a ferrovia, como para o transporte da região até outros estados. Este fato permitiu a instalação na cidade de Centro de Distribuição de empresas atacadistas pois é possível obter matérias primas e escoar produto acabado. A partir das estradas estaduais, Jaciara está articulada com a região leste pela BR-070 e com o norte do Estado, sem passar pela Capital.

A situação econômica atual do município de Jaciara demonstra um dinamismo não idealizado no início de seu processo de colonização. Conforme relatado anteriormente. O município é oriundo de um projeto de colonização

desenvolvido pela CIPA que inicialmente teve como atividades econômicas o desmatamento e beneficiamento de madeira extraída na abertura da mata de transição e que foi adotada pela atração de “colonos” interessados na aquisição de lotes rurais para desenvolver atividades agrícolas, principalmente auto abastecimento.

Entretanto, superada aquela etapa, ocorreu o chamado desenvolvimento da agricultura no município, influenciado pela modernização na agricultura que ocorreu, sobretudo, a partir das décadas de 1960 e 1970 através de práticas do uso de maquinário, fertilizantes, agrotóxicos e produtos oriundos da biotecnologia, como a soja desenvolvida pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), adaptáveis ao clima e solo do Cerrado e de cana-de-açúcar desenvolvidas pelo então IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool).

O resultado é que atualmente a maior produção agrícola em Jaciara se baseia em quatro produtos: cana de açúcar, soja, milho e algodão; produzidos com tecnologia moderna. O valor da produção agrícola do município esteve em torno de R\$ 56 milhões de reais entre os anos 2000 e 2010, segundo IPEADATA (2010)⁸.

Também a pecuária bovina é significativa no município. O rebanho destinado ao corte em 2012 contava 72.969 cabeças, para um rebanho estadual de mais de 26 milhões de cabeças, cuja participação foi de menos de 0,3% o que permite afirmar ser uma pequena participação estadual. Mas essa realidade é diferente quanto ao rebanho leiteiro que contava 2.857 cabeças de vacas de ordenha em 2006 e em 2012 o número passava de 4.346 cabeças, produzindo entre 110 a 130 mil litros de leite dia, segundo o IBGE.2012. As atividades ligadas à produção de leite estão presentes desde a colonização do Vale do Rio São Lourenço desenvolvendo-se com investimentos da COMAJUL (Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira)⁹

Outra atividade produtiva de Jaciara está ligada com a usina de açúcar que foi instalada no município em 10 de dezembro de 1962. Criada pelo Governo do Estado de Mato Grosso a Usina Jaciara que teve sua implantação iniciada em 1963 e cujas

⁸ IPEADATA com base nos preços constantes de 2000. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 14/04/2013.

⁹ A COMAJUL tem sede na cidade de Juscimeira, havendo na cidade de Jaciara um posto resfriador do leite coletado no município.

⁹ Entrevista realizada por Claudia Pedroso em 15/03/2014.

partes do equipamento usado era das usinas Santa Fé e Conceição nas usina do rio Cuiabá, assim como suas quotas de comercialização do açúcar, que serviam como controle do IAA.

Em 1965, a Usina produziu sua primeira safra. Nos primeiros anos teve dificuldades relacionadas ao equipamento obsoleto e à técnica de plantio conservadora. Associavam-se outras de ordem administrativa e financeira relacionada com a aquisição de matérias prima e pagamento de pessoal temporário envolvido com o corte da cana. A situação financeira do negócio segundo um antigo diretor “(..) *não dava nem para pagar os operários*”, Neto, Horácio Mendonça (2014)⁹.

Em 1972, ou seja, depois de dez anos arcando com prejuízos, o governo estadual vendeu o controle acionário da usina de Jaciara para o grupo dos irmãos Naoum, que modernizaram a lavoura e reformaram parte do equipamento, MENDONÇA NETO (2014). Também ampliaram o quadro de fornecedores de cana, fazendo crescer a área plantada de cana no município. Mas, ao mesmo tempo, segundo alegavam, adquiriram mais terras procurando reduzir a dependência de fornecedores terceirizados. Com isso, criavam novos gargalos em função dos limites das máquinas da Usina que não absorviam os volumes de cana produzidos. Assim, para equacionar o gargalo era necessário substituir o equipamento por outro, com maior capacidade, alterando o espaço físico, dando novo arranjo na fabricação.

A Usina produzia, no ano de 1972, aproximadamente 100.000 sacas (50 kg) de açúcar. Além dos problemas anteriores, a questão da mão-de-obra preocupava os novos investidores. Numa visita de integrantes da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1986, foram identificados 2500 trabalhadores envolvidos no corte da cana, vindos de outras regiões do Brasil. O resultado foi o questionamento por parte dos integrantes da CNBB quanto às condições de trabalho e qualidade de vida daqueles trabalhadores também questionado por movimentos sociais a respeito das condições de trabalho no corte da cana e denúncias.

O fato é que a economia do município dependia da geração de renda e empregos da Usina, mesmo dependendo do trabalho informal e sem garantias previdenciárias, pois a população era migrante em busca de conseguir ocupar as terras compradas, sendo assim, insuficiente para efetivar os trabalhos de colonização: ocupação, desmatamento, comércio e aproveitamento de madeira,

plântio de arroz ou milho, com os quais se fazia o amansamento da terra, conforme MARTA (2007).

Com as constantes fiscalizações e mudanças na atividade produtivas, a mão-de-obra dos cortadores de cana foi sendo reduzida, disciplinada e formalizada através de registros trabalhistas, sobretudo a partir de 2005 quando as usinas de açúcar e álcool passaram a mecanizar o corte de cana, reduzindo dessa maneira a contratação de trabalhadores por intermediários denominados “gatos” e evitando serem enquadrados como empregadores de “trabalho similar ao trabalho escravo”. Por outro lado, esse processo exigiu do trabalhador que operava máquinas agrícolas, que fosse mais capacitado e tendo escolaridade com nível médio ou técnica.

A produção da cana de açúcar da região é totalmente consumida pelas duas usinas de álcool e açúcar instaladas na região (Jaciará e São Pedro da Cipa), que estão integradas no processo produtivo se constituindo como agroindústria desde a década de 1960 quando foi inaugurada a Usina Jaciará.

Ocorreram períodos de crise de mercado e fiscais em todos os níveis (municipal estadual e federal), mas também houve ampliações das atividades como uma produtora de álcool anexa, ou ainda incorporou outra unidade produtora, a COOPERJAC (Cooperativa Agrícola de Produtos de Cana de Jaciará). Portanto, se revezaram ciclos de ampliação das atividades produtivas e de crises econômicas, até chegar a uma situação pré-falimentar.

Apesar das variações, a cadeia produtiva sucroalcooleira permitiu ao município, na primeira década de 2000, em função de sua integração industrial, definir um padrão de crescimento da região. Somente no ano de 2006 ocorreu uma retração na produção, que pode ser considerada atípica. Ou seja, nos anos de crise na agropecuária, a atividade produtora de matérias primas destinada ao mercado manteve-se estável considerando o volume produzido.

A característica polarizadora do núcleo urbano passou a incluir o comércio e serviços ativos e crescentes, aliado com a estabilização do crescimento determinado pela agricultura da soja, mesmo diante das oscilações nas usinas de açúcar e álcool. Paralelamente ocorreu o desmembramento de São Pedro da Cipa e a conseqüente redução da arrecadação municipal, que trouxeram decréscimo no comércio da cidade.

Parte significativa do comércio foi sendo transferido para Campo Verde, desmembrado de Cuiabá e que recebeu projetos relacionados à criação de aves absorvendo parte dos trabalhadores informais.

Outros produtos como a soja e o algodão, apresentaram variações importantes que acabam criando crises econômicas no município. Entretanto, outras atividades econômicas vêm permitindo diversificar o perfil socioeconômico do município, conservando a característica polarizadora de cidades como São Pedro da Cipa, Dom Aquino¹⁰ e Juscimeira.

Mesmo diante dessas contradições, o município tem enfrentado crises. Entendendo-se crise como um fenômeno associado ao fechamento ou paralização de algumas empresas que geravam empregos (que haviam sido ampliados antes do período de crise), paralelamente com a queda na produção de matéria prima utilizada na cadeia produtiva local.

Jaciara teve um desenvolvimento e crescimento econômico durante o processo de colonização que permaneceu com a introdução de indústrias e atividades de produção e resfriamento do leite. Entretanto ocorreram fenômenos que frearam esse crescimento, gerando crises: primeiro com o desmembramento de São Pedro da Cipa; segundo com a concentração fundiária e a ampliação das áreas destinadas à agricultura moderna e mecanizada; e por fim, a situação pré-falimentar do grupo sucroalcooleiro que atua no município.

O segundo fenômeno de concentração fundiária e modernização na agricultura estava dentro de uma busca desse padrão de eficiência na produção através do uso de maquinário agrícola, sobretudo, colheitadeiras que passaram a ser usadas na cana de açúcar, na soja, no milho e nas culturas implantadas no município, e que automaticamente tomaram o lugar de inúmeros postos de trabalho. Por outro lado, geram um comércio local de insumos, fertilizantes, agrotóxicos e máquinas agrícolas que movimenta a economia do município. Esse fenômeno exemplifica o caráter contraditório da economia de Jaciara na atualidade.

Toda essa dinâmica de atividades econômicas do município geram uma questão: Porque o município de Jaciara que apresentou um desenvolvimento, que

¹⁰ Dados do IDHM 2010 de Dom Aquino não ultrapassou 0,690 em 2012, e Jaciara tinha 0,735. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=510360&idtema=16&search=mato-grosso|dom-aquino|sintese-das-informacoes>- Acesso: 04/06/2015.

se iniciou com a sua colonização e perpassou atividades agrícolas e industriais, tem passado por momentos de crise e desemprego?

A problemática leva em consideração a concepção teórica e analítica de que existem crises no processo de desenvolvimento inerentes à produção capitalista, Marx (1996). Um dos fatores é o desemprego ocasionado pela substituição de mão-de-obra pelo uso de máquinas na busca por maior eficiência produtiva e a concentração fundiária ao longo do processo de modernização da agricultura, GRAZIANO DA SILVA (1982).

O Desenvolvimento econômico não pode, portanto, ser confundido com crescimento econômico, sendo que “[...] o *crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente*”, segundo Souza (1999, p.20).

[...] o desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população. Mesmo que a economia cresça a taxas reativamente elevadas, o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez necessária, tenho em vista a tendência contemporânea de robotização e de informatização dos processos produtivos.

Portanto não existe uma correlação direta entre crescimento econômico e diminuição de taxas de desemprego, e tal fenômeno explica a situação econômica vivenciada por moradores do município de Jaciara ao longo da história da cidade.

A partir dessa percepção, é preciso entender a sua dinâmica no estudo de caso sobre as atividades produtivas de Jaciara. Este estudo tem como objetivo principal a compreensão do processo de crescimento e desenvolvimento do município, procurando identificar nas crises que ocorrerem ao longo de sua história do município.

Três outros objetivos específicos serão buscados:

1. Estudar o processo de colonização do município para a compreensão das atividades econômicas idealizadas e executadas ao longo desse processo;
2. Estudar a importância das usinas de açúcar e álcool no desenvolvimento de Jaciara, na perspectiva de que a falta de alternativas de postos de trabalho, cuja baixa ou falta de rentabilidade cria situações de crise no município;

3. Estudar o horizonte de expectativas dos moradores quanto às potencialidades do turismo relacionado às belezas naturais, sítios arqueológicos, turismo esportivo e os investimentos em formação de profissionais nesse setor, bem como em relação à agricultura moderna e mecanizada de soja e milho.

Esses três objetivos estão diretamente vinculados com o que foi estabelecido com as três temporalidades, conforme as reflexões de Kosellek (2006)¹¹, que marcaram a história da cidade de Jaciara e estão intimamente ligadas às atividades produtivas: 1) o *tempo da colonização* (um tempo passado); 2) o *tempo da Usina* (um tempo passado e presente) e; o *tempo da modernização* com a agricultura moderna e o turismo (um tempo presente e a projeção do futuro).

Essa tipologia foi estabelecida pela pesquisa a partir da percepção de moradores do município que concederam entrevistas que foram trabalhadas a partir da percepção da história oral enquanto metodologia capaz de fornecer fontes orais que tem a mesma eficiência que fontes documentais oriundas de documentos e arquivos, FERREIRA & AMADO (2006). Essa metodologia de pesquisa é fundamental sobretudo nos casos em que faltam ou são escassas as fontes documentais e outros estudos e pesquisas. Um exemplo foi a lacuna documental se tratando da instalação da Usina de Álcool e Açúcar no município, que foi consideravelmente preenchida pelas fontes orais oriundas de entrevistas com dirigentes e trabalhadores da usina que forneceram informações sobre o caso como Fausto Valentino da Silva, Horácio Mendonça Neto e Egon Lindorfer.

Por se tratar de uma pesquisa que tem como objetivo analisar aspectos das atividades econômicas do município, o uso de dados oficiais¹² é fundamental para a análise de tendências e indicadores econômicos locais.

As fontes orais foram cruzadas com a utilização de arquivos com documentos que podem ser ilustrativos ou informativos na medida que trazem textos, imagens e significados, sobretudo do processo de colonização e da instalação da Usina.

¹¹ Kosellek (2006) afirma que a expectativa [...] é ao mesmo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem” (p.310).

¹² Uma observação importante é que os dados oficiais muitas vezes não possibilitam análises mais abrangentes e comportamentais com sequências temporais mais abrangentes. Um exemplo são os dados do IBGE do município: verificou-se que o órgão não publicava os dados até o ano 2000 com o formato atual, sendo que somente nos Censos 2000 e 2006 forneceram dados sequenciais.

Algumas fontes documentais como folhetos, jornais e propagandas foram localizadas no Museu Municipal (tombado recentemente pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso), e uma unidade do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso estabelecida na cidade a partir de 2012 permitiu o acesso a um número maior de documentos.

Uma revisão bibliográfica foi realizada com o objetivo de ter acesso às análises anteriores sobre temáticas que permeiam a pesquisa, como a questão do processo de colonização, Lenharo (1986), os impactos da legislação agrária e os mecanismos de burla no Estado de Mato Grosso, Moreno (2007), dentre outras temáticas Brandão (1991), Volpato (1987), Borges (2001), e Szmrecsányi (1979).

A partir dessa metodologia, da revisão bibliográfica e da análise de fontes documentais foi possível construir a estrutura desse trabalho dissertativo. O primeiro capítulo trata sobre o “tempo da colonização” sendo uma temporalidade remetida para o passado da construção do município de Jaciara num contexto de colonização dos considerados “espaços vazios” desde o Governo Vargas até os Governos Militares que pretendiam expandir a fronteira agrícola em direção à Amazônia Legal. O município de Jaciara é resultado de um projeto Colônia Agrícola que não se concretizou abrindo espaço para outro projeto de colonização privada.

O segundo capítulo discute o papel da Usina de Jaciara na história e na economia do município, remetendo a discussão para a influência das usinas dentro de um contexto nacional de produção de álcool, bem como da situação de crise que a usina tem enfrentado, os impactos para o município e a percepção dos moradores sobre as atividades produtivas que está no tempo do passado, mas também no tempo presente.

O terceiro e último capítulo tem como objetivo discutir quais são as alternativas encontradas no horizonte de expectativa dos moradores de Jaciara quanto ao futuro econômico, uma vez que a crise na Usina é conhecida e notória. A ênfase dada ao setor do turismo vem das potencialidades em termos de atrações, seja por sítios arqueológicos ou pelas belezas naturais. Essa expectativa é acompanhada de críticas à falta de investimento do poder público. Outra atividade econômica que está inserida nesse horizonte de expectativa é a agricultura moderna realizada através de cultivo da soja e do milho na “safrinha”.

1 O TEMPO DA COLONIZAÇÃO: O TEMPO PASSADO

1.1 Introdução

Analisar o processo de colonização ocorrido no município de Jaciara requer uma revisão bibliográfica sobre o tema, situando aspectos da colonização em diferentes momentos históricos, e sobretudo, compreender que apesar das especificidades do caso, o processo de (re) ocupação das terras do Estado do Mato Grosso ocorreram dentro de uma lógica e de projetos de Governo.

Muitos projetos de colonização ocuparam áreas de terras que, por vezes, estavam previamente ocupadas por povos indígenas, populações tradicionais, migrantes e posseiros, as quais foram por funcionários de órgãos públicos como “espaços vazios”, passíveis de serem ocupados e integrados à economia nacional. Nestas situações é mais correto falar em re-ocupação ao invés de ocupação, BARROZO (2010) E BECKER (1990).

1.2 O processo de colonização: a Marcha para Oeste

Ocorreram a implantação de projetos de colonização no território de Mato Grosso, sobretudo, após os anos 1930, quando foi objeto de interesse do Governo Federal e teve seu espaço delimitado para projetos de ocupação por migrantes originários de diferentes estados brasileiros, dentro de um modelo de desenvolvimento idealizado pelo Estado Novo, mas que veio a ser realizado pelo governo estadual. No final dos anos 1930, quando se instala o Estado Novo, o Governo Federal imprime diretrizes centralizadoras, com demonstrações relacionadas à quebra de hegemonia estadual.¹³

O Governo Federal passa a protagonizar o processo de colonização dos pretensos “espaços vazios” no oeste brasileiro e na Amazônia Legal, contexto no qual foi idealizada a “Marcha para o Oeste”. A meta seria a conquista do Centro Oeste e desse ponto alcançar Manaus (no Amazonas), abrindo rotas de transporte e integração nacional desde as regiões sul e sudeste para a Amazônia. O Governo

¹³ Dentre esses fenômenos destaca-se a queima das bandeiras dos estados e o hasteamento da nacional, com grande poder simbólico em novembro de 1937 era o derradeiro golpe de Vargas para a “extinção das oligarquias estaduais” com a simbólica incineração em praça pública das bandeiras estaduais frente à Bandeira do Brasil. Cerimônia feita na praia do *Russel*, perante o altar da Pátria, onde se estampava gigantesca, bela e majestosa Bandeira Nacional.

Vargas pretendia a integração territorial, cujo símbolo, era uma possível união de todos os brasileiros, LENHARO (1986).

Desde a revolução de 1930 e a ascensão de Vargas ao poder, os projetos políticos tinham como objetivo promover uma transformação que levasse ao desenvolvimento e integração de todo o país. O Estado de Mato Grosso estava inserido nesse cenário, contribuindo como fornecedor de produtos como erva mate e poaia, mas que passou a ser concebido como um estado com potencial de ser um produtor inserido no mercado nacional.

O Estado Novo instaurou em 10 de novembro de 1937¹⁴ a Marcha para o Oeste através de um discurso no qual Getúlio Vargas pretendia: “*consolidar os alicerces da nação, onde seus vales férteis e vastos, suas riquezas culturais seriam retirados os recursos para que pudesse o país caminhar para o progresso industrial*”. Na época a maioria da população era rural, dependente de importações para consumo e das exportações de café e outros produtos primários. De fato, um dos legados da Expedição Roncador Xingu foi despertar a atenção para o interior do Brasil, que posteriormente veio a ser reavivada por Juscelino Kubitschek ao anunciar a capital federal para Brasília.

Segundo Lenharo (1986), durante o Governo Vargas, houve preocupação constante em demonstrar que havia nas ações do governo multiplicadas estratégias de poder e a submissão do trabalhador nacional, e, sobretudo, o trabalhador rural. Nesta perspectiva o governo se preocupou em como fixá-los à terra, distribuindo terra para moradia e trabalho, garantindo melhores condições de vida para os trabalhadores rurais.

Essa forma de colonização pretendeu mitigar os conflitos agrários que ocorriam sobretudo no nordeste e sul do país, através de fluxos migratórios e (re) ocupações de terras de forma direcionada pelo Governo Federal, criando um novo trabalhador rural brasileiro ordeiro, produtivo, longe de seu local de origem, de sua tradição e de seu passado, LENHARO (1986).

¹⁴ Meses antes Vargas havia eliminado os grupos integralistas pró-fascistas, no chamado Plano Cohen, depois de ter eliminado os comunistas, em 1935, na chamada Intentona Comunista. Dessa forma iniciava seu projeto nacionalista autônomo, no qual a “Marcha” era importante componente do Nacional Desenvolvimentismo. Iniciava-se o Estado Novo, com a “descoberta” do Plano Cohen pelo governo no dia 30 de setembro de 1937. Eliminavam-se as eleições e os dois candidatos para as eleições presidenciais marcadas para 1938. O plano pretendia que o presidente Vargas fosse 'acusado' de tentar tomar o poder de um desses candidatos, mas depois se descobriu que fora forjado por um adepto do integralismo.

Ainda para Lenharo (1986) a colonização era concebida no Governo Vargas como um tratamento “mítico e ideológico” relacionado à perspectiva econômica, especialmente da terra em relação ao trabalhador nacional. A intenção parece ter sido a ampliação para os áreas e populações rurais das conquistas que haviam ocorridas no mundo urbano, (principalmente com o CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)¹⁵ e o processo de desenvolvimento industrial) e outros direitos que garantiam melhor qualidade de vida como educação, saúde, condições sanitárias que deveriam ser ampliados nas Colônia Agrícolas Nacionais.

Nos Governo Vargas foram instaladas várias Colônias Agrícolas Nacionais, além da Fundação Brasil Central.

1.3 A Fundação Brasil Central

O Governo Vargas tinha como objetivo seus projetos de colonização com a concepção de que estavam realizando uma “ação civilizadora”, sobretudo com a Fundação Brasil Central. A organização dessa Fundação se constituiu como uma realização “avançada e espetacular” com contornos mais definidos com sua missão de apontar as facilidades para o funcionamento da “Marcha para o Oeste”, conforme LENHARO (1986).

A Expedição Roncador Xingu, a partir da sua base em Xavantina no Estado de Mato Grosso, explorou o espaço entre o Araguaia e o Xingu, abrindo estradas e organizando o povoamento daquela região. Esta expedição se tornou conhecida sob a liderança dos irmãos Vilas Boas, e procurou tornar realidade o projeto de ocupação do Centro Oeste proposto por Getúlio Vargas, LENHARO (1986).

A Expedição Roncador Xingu tinha o objetivo de interligar o Sudeste, a partir de Aragarças, passando pelo Xingu, com Manaus. Deveria assentar colonos em núcleos ao longo da estrada, e bases com suporte de radiocomunicação e abastecimento para a rota aérea entre o Sul-sudeste e Amazônia, VILLAS BOAS (1994); LENHARO (1986).

Nessa ação nenhum outro recurso de propaganda se tornou tão rico quanto o esforço do chamado “desbravamento e colonização” que era simbolizado pela abertura de picadas, estradas e caminhos para a instalação de colonos; associava-

¹⁵ Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.

se ao contato e integração pacífica de comunidades indígenas; instalação de pequenas escolas rurais e pequenos postos de atendimento aos doentes para a população rural.

Cabe salientar que havia dificuldades que se fizeram sentir no projeto de colonização do Estado Novo. O “Oeste”, a “Amazônia” e os “Sertões” eram áreas de fronteira e consideradas como “espaço vazio” que deveria ser povoada.

As usinas de açúcar as margens do rio Cuiabá; a imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate, principalmente pela Cia. Matte Laranjeira; as fazendas de gado do pantanal mato-grossense; cidades e propriedades surgidas à beira da estrada de ferro Noroeste do Brasil; amplas regiões de garimpo do ouro e diamante; outras tantas de exploração da borracha ou de drogas do sertão,- vem testar, no caso do estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isto para não se falar de povos de formação social inteiramente diferentes, habitantes da região – os indígenas -, que acarretavam pelo menos dois sérios dilemas para a política colonizadora: como ficariam suas terras e como eles participariam da empreitada da colonização através de seu trabalho? (LENHARO, 1986, p.61-62).

A existência desses empreendimentos demonstrava que não se tratava de espaços vazios e que existiam investimentos e interesses econômicos na região. Portanto afetavam o necessário equilíbrio tão desejado por Getúlio Vargas e seu grupo de poder. Mesmo com o Congresso fechado e os políticos pouco representativos, havia interesses locais que não deveriam ser contrariados, ou ao menos ignorados.

Vargas apresentou seu programa de colonização enfatizando o esforço através de campanhas e propagandas noticiadas para todo o país pela Rádio Nacional. O objetivo era criar um sentimento nacional de que o país estava marchando em conjunto, sob a proteção de um Estado uno que civilizava e protegia seu povo, empenhado na consolidação da nação e na criação do novo homem brasileiro. Isso seria conquistado através do esforço de “novos bandeirantes” dispostos a se aventurar e abrir caminhos no sertão.

Uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo de 07/08/1943¹⁶ enfatiza a concepção de “bandeirismo”:

“Os desbravadores paulistas, em arrancadas heroicas, alargaram as fronteiras da pátria revelando que desde os primórdios da nacionalidade não se concebiam regionalismos. Atravessando o território em todos os sentidos, abrindo picadas, enfrentando animais bravios e pantanais pestilentos, nossa gente escrevia páginas que bem marcaram a tenacidade e o valor de uma raça incomparável.”¹⁷

No mesmo padrão de conquista e empreendimento “sobre as terras de ninguém” o Ministro João Alberto Lins de Barros, reafirmava na cerimônia da entrega da bandeira ao comandante da expedição Roncador Xingu, sob o olhar de Fernão Dias Paes, na Igreja de São Bento, em São Paulo, o importante papel desempenhado pelos bandeirantes paulistas no “desbravamento dos sertões”.

Ainda o jornal O Estado de São Paulo de 04/06/1943 registra que:

“[...] a palavra o Sr. Ministro João Alberto Lins de Barros, cuja oração foi um hino de glória à bravura e ao patriotismo da gente bandeirante. Referindo-se a solenidade, disse que aquela bandeira havia de ser honrada, uma vez que seria empunhada por mãos fortes de homens bravos, que rumavam para o sertão com o intuito de erguer cada vez mais alto o nome de nossa pátria.”

As reportagens do jornal “Estado de São Paulo” revelavam outros objetivos na chamada “Nova Bandeira Paulista”, como sendo:

“[...] não somente explorar a região de que toma o nome, mas, e principalmente, estudar a sua feição geográfica, as suas riquezas vegetais e minerais, o curso exato do grande rio e seus afluentes, as tribos selvagens que o povoam, em suma, colher elementos básicos e de utilidade imediata, que permita integrar à nossa civilização tão extensa como desconhecida região. Além disso permitia a penetração no sertão de “grande número de trabalhadores, aos quais foram prometidas terras para colonizarem na zona que vai ser percorrida”

¹⁶ Curiosamente, naquele momento, na mesma edição do jornal O Estado de São Paulo, há a notícia do início da retomada pelos exércitos aliados, com a vitória do exército soviético sobre os alemães na batalha de Stalingrado.

¹⁷ O Estado de São Paulo, 07/08/1943.

Para que se entenda o objetivo mais abrangente dessa “Bandeira”, também tratada por “Entrada”¹⁸, como a chama na reportagem o “Estado de São Paulo”, sendo que o trecho evidencia uma transformação na concepção dos bandeirantes em heróis.

Tal concepção foi criticada por Holanda (1957) e depois por autores locais como Lenharo (1982), Volpato (1987) e Borges (1981).

Essa “entrada”, idealizada pelo Sr. coronel João Alberto, despertou como era natural o mais vivo interesse em S. Paulo; e a indústria e o comércio paulistas, desde logo, contribuíram da melhor maneira que lhes foi possível para que a Bandeira alcançasse o êxito que pela sua natureza merece. Não foram poucas nem desvaliosas as ofertas feitas à expedição, porquanto, de parte dos paulistas, predominou o entusiasmo e o espírito de largueza. A organização da Bandeira assimilou todas estas cooperações, apresentando-se aos olhos de todos quantos lhe acompanham os preparativos, com invulgares possibilidades de colimar os seus fins (07/08/1943, o Estado de São Paulo).

Assim o diário paulista¹⁹ apresentava entre outras reportagens, aquela, cuja manchete reafirmava que “[...] a grande expedição partirá em breve para a serra do Roncador” e na fala do Ministro da Mobilização Econômica “[...] o responsável pelo projeto” era o ex-tenente João Alberto²⁰, que define alguns objetivos e responsabilidades, em uma entrevista coletiva:

"No próximo dia 15 de julho partirá uma grande expedição para a Serra do Roncador, rumo às cabeceiras do rio Xingu, abrindo, pelo interior, o caminho que ligará a Amazônia ao resto do país. Leva essa expedição, que será comandada pelo coronel Flaviano Vanique, outras missões, de povoamento, de colonização, de exploração das riquezas naturais e das possibilidades de vida nesse pedaço enorme, que é a maior área desconhecida do mundo, mais desconhecida, mesmo, que as próprias zonas vizinhas ao Himalaia" (Ministro João Alberto, entrevista coletiva).

¹⁸ Na designação histórica dada pelos autores: Bandeira era a empresa privada que adentrava os sertões no século XVIII; a Entrada era um empreendimento público, financiado pelo Estado, na pesquisa de riquezas.

¹⁹ Nessa reportagem de 04/06/1943, o Ministro alertava para outras riquezas possíveis como a do Rio Fresco em cujas proximidades havia carvão com 660 calorias; revelava a intenção do projeto “criar condições para atrair homens de outras terras”.

²⁰ João Alberto era um polêmico participante de movimentos sociais. Esteve presente durante o Tenentismo, desde 1924; Coluna Prestes, tendo comandado parte desta, até 1927, tendo, portanto, passado por Mato Grosso, nesse movimento.

No entanto, a prática de traçar estradas e construir cidades no interior do Cerrado não seria uma tarefa corriqueira, como pretendia o Ministro. De certa maneira, o projeto também não atendia à expectativa e anseios das lideranças locais, no ritmo desejado ou como pretendiam que fosse o projeto original.

Como consequência não ocorreram os resultados esperados no Governo Vargas²¹. Todavia, criavam-se os instrumentos burocráticos de intervenção, como a institucionalização da Fundação Brasil Central no período de 1943 a 1967, cujo objetivo era a estruturação do programa empreendido anteriormente. A criação da Fundação Brasil Central se estabeleceu com recursos e meios para viabilizar o projeto que seria implantado no Governo Juscelino Kubitschek²².

Foi gerada uma polêmica no Estado de Mato Grosso relacionada aos seus objetivos e quanto à sua implantação. Valdon Varjão, um político local, afirmava desde o início do projeto que a estrutura montada permitia apenas empreender a colonização da região do Araguaia, com o objetivo apenas a ocupação da região por colonos.

Assim, na lógica política regional, havia contradições entre o discurso inicial e a prática da Marcha para o Oeste, em especial considerando o objetivo estabelecido na Portaria do Ministro Tenente João Alberto Lins de Barros:

“[...] continuar a marcha, galgando a zona do Roncador e fundar no ponto mais conveniente, que ofereça condições de clima, terras próprias para agricultura e facilidade para o estabelecimento de um campo de aviação, um núcleo de civilização que servirá de ponto de apoio para o prosseguimento da expedição e exploração do território.”²³

É possível entender que ao longo do processo de implantação do projeto estratégico de ocupar os “espaços vazios” tinha implícitos nos objetivos, nem sempre lidos, não apenas “*sair de Leopoldina (no Araguaia) e alcançar Santarém*”, mas traçar caminhos e estradas em terras de povos indígenas e que mais tarde se

²¹ “(...) Desvirtuaram a intenção original que era colonizar toda essa região construindo estradas e novas cidades. A idéia não era catequizar índio e nem fazer Parque Indígena (...)” Segundo Valdon Varjão. 03/05/2001. Certamente esperavam terras disponíveis e criação da riqueza com as estradas.

²² A interpretação de Valdon Varjão, diz que “a ocupação e definição dos objetivos já haviam sido traçados no Governo Vargas e que o Governo JK, modificou o projeto fazendo a “catequese dos índios””.

²³ Os conceitos estão no artigo de Mario Guastini para o Jornal O Estado de São Paulo, de 07 de agosto de 1943, chamado “Bandeirantismo”.

configurariam nas BR-158, BR-080, dentre outras. O objetivo claro era “[...] *procurar no Rio das Mortes o ponto favorável e fundar um estabelecimento de colonização*”, onde foi estabelecida, em 1944, Xavantina (depois Nova Xavantina) em terras devolutas.

O movimento empreendido gerou críticas em relação à ação com os índios, principalmente Xavantes, e aos acessos ao restante do país, revelavam alguns elementos necessários a serem construídos²⁴. Diversos povos indígenas foram deslocados de seus territórios tradicionais para o “Parque Nacional do Xingu”, criado no ano de 1961, durante o governo de Jânio Quadros, cujo projeto e execução inicial foi feito sob orientação dos irmãos Vilas Boas.

Paralelamente, o apoio ao projeto de colonização na região se deu sobretudo com a construção da ponte sobre o Rio Araguaia (ligando Mato Grosso ao restante do país), mas principalmente entre Aragarças, (onde estava construído o aeroporto e Barra do Garças), ligando toda a região leste do Estado de Mato Grosso a outras regiões brasileiras.

A própria fundação da cidade de Barra do Garças, (na margem mato-grossense do rio Araguaia e na barra do Rio Garças), foi reflexo dessa dinâmica, através de infraestrutura urbana e ações sociais²⁵ como ponto de apoio das equipes e expedições, que viabilizavam os empreendimentos sociais, como o hospital de base em Aragarças - GO.

O “*resultado foi à abertura de 1.500 quilômetros de picadas e mil quilômetros de rios navegados na área projetada, ao longo dos quais surgiram 34 vilas e cidades*”, como se enunciava (LENHARO, 1986).

Mas, na retomada da Fundação Brasil Central, inicialmente no Triângulo Mineiro, depois em território Goiano e em Mato Grosso tinha suas instalações em Xavantina, às margens do rio das Mortes, procurando atingir o Rio Culuene e posteriormente, o Xingu, (LENHARO, 1986).

²⁴ Certamente para realizar o planejamento da missão se utilizavam elementos da Comissão Rondon, como se entende nesse trecho “*Os planos da entrada foram adotados após cuidadosa indagação, colhida não somente entre os nossos sertanistas da Comissão Rondon, como entre os abnegados sacerdotes católicos que, naqueles invictos sertões, realizam hoje o grande trabalho de catequese iniciada no Brasil pelos jesuítas, no século XVI*”.17/08/1943. O mesmo artigo informa sua existência e transporte de “*verdadeiro arsenal*”, considerando o desconhecimento dos índios e das doenças do sertão.

²⁵ No discurso oficial se prometia: “*Estive na foz do rio das Garças e pernoitei ao relento. Posso adiantar que até o mês de maio [1944] será erguida ali uma cidade moderníssima, com fabricas, luz elétrica, etc. O Presidente Getúlio Vargas irá de avião lançar a pedra fundamental*” Comunicado do Ministro João Alberto em 18/08/1943 a O Estado de São Paulo.

Antes das obras da construção da capital nacional (Brasília) por Juscelino Kubistchek, Getúlio Vargas contou com a Fundação Brasil Central que atuou no Estado de Goiás na implantação da nova capital Goiânia e na Colônia Agrícola de Ceres. Mas o principal foco das ações da Marcha para Oeste foi o Estado de Mato Grosso através da Expedição Roncador Xingu.

Lenharo (1986) afirma que esses projetos de governo requeriam trabalhadores disciplinados e produtivos, caso contrário, seriam desempossados, com a reversão do lote. Quando foi realizada a ocupação do sul do Estado de Mato Grosso, o governo recorreu a migrantes gaúchos e mineiros que tinham “o perfil adequado”, conforme a visão reformista de Getúlio Vargas. Como tal, considerava que os mesmos tinham mentalidade empresarial, experiência agrícola e algum poder aquisitivo para aplicar na sua propriedade.

Assim, o perfil de colono envolvido também “influenciaria” os projetos para que se obtivesse o esperado sucesso. O colono idealizado seria aquele com interesse em adquirir terra e se estabelecer economicamente nela, promovendo a colonização da área ocupada e, assim, conforme a terra fosse se apropriando de valor, com o trabalho aplicado nela, gerando o produto agrícola. Logo, a procura se tornaria mais seletiva, como também seria mais seletivo o migrante em busca de terra.

Apesar do perfil do colono idealizado, os objetivos e metas foram “*de melhorar os caminhos e fixar no mínimo, 200 famílias por ano*”, mas deixando ao governo do Estado de Mato Grosso “*a regulação e as condições da colonização e de policiamento da região*”²⁶. Essa brecha permitiria criar as Colônias Agrícolas estaduais, que serão tratadas à frente.

1.4 As Colônias Agrícolas Nacionais

O Governo Federal, durante o Estado Novo, iniciou uma política de colonização dos supostos “espaços vazios” do ponto de vista econômico e demográfico no Estado de Mato Grosso e outras unidades da Federação. Nela, as Colônias Agrícolas Nacionais se concretizaram e receberam contingentes

²⁶ Note-se que os objetivos de regulação e “manutenção da ordem” são afetos ao governo do estado.

populacionais os quais deveriam assumir a produção agrícola, segundo as diretrizes do governo federal.

As Colônias Agrícolas Nacionais, (e depois as Estaduais), tornaram-se o grande expoente da colonização do Estado Novo, tendo sido idealizadas de modo a se submeterem a uma administração central e permanecerem sob o comando direto do Ministério da Agricultura, das Secretarias de Agricultura nos estados.

Segundo Lenharo (1986):

[...] as colônias agrícolas nacionais foram pensadas como verdadeiras 'autarquias', réplicas, em miniatura, do mercado nacional, microcosmos econômico do país. Ali tanto seria incrementada a produção de gêneros agrícolas de largo consumo para outros mercados, como produtos hortigranjeiros, frutas e também a criação de animais (p. 47 e 48).

Na concepção do governo, estas colônias deveriam ser "autarquias", réplicas, em menor escala do mercado, microcosmo econômico do país, com espaços organizados e produtivos nos quais seria implantada a produção de gêneros agrícolas de largo consumo para mercados de produtos hortigranjeiros e também a criação de animais²⁷.

As colônias agrícolas foram planejadas para serem um conjunto de pequenas propriedades, com lotes distribuídos, de preferência, para trabalhadores nacionais sem-terra. Isso, de certa forma, resolveria parte da tensão social provocada pelos conflitos agrários e pelo amplo debate sobre reforma agrária promovido por intelectuais e militantes de partidos políticos, sobretudo o Partido Comunista na década de 1950.

A organização da produção se justificava pela localização de tais colônias, próximas aos centros urbanos consumidores dos produtos agrícolas gerados naquelas unidades. As colônias do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Paraná, somente produziriam para o abastecimento das respectivas capitais, em função das distâncias até outros centros consumidores e à falta de transporte para realizar o escoamento da produção.

²⁷ É paradoxal que não houvesse qualquer preocupação com o tratamento do solo e seus aspectos tecnológicos. Como se sabe atualmente, o solo do Cerrado é ácido e exigente quanto ao calcário para neutralização e adubação do mesmo, como passou a ser feito nos anos setenta.

Essa meta de abastecimento, relacionada à produção e mercado era estendida ao abastecimento das indústrias que seriam instaladas junto a esses lugares, como o beneficiamento de gêneros alimentícios, serrarias, olarias, usinas de açúcar e fontes de abastecimento energético. A rigor, não ocorreu uma maior transformação da produção: tratavam-se de indústria primária na qual a usinagem e beneficiamento geram um produto agropecuário beneficiado, atualmente chamado agroindústria.

Existiria um “privilegio” no abastecimento que foi pensado de maneira estratégica como uma fase inicial a ser superada quando a colônia estivesse definitivamente implantada. E, a partir de então, pudesse se expandir por si só, nas proximidades. Daí decorre a formação de um “rosário de colônias”, ou seja, postos avançados de penetração no terreno a ser desmatado e transformado em área de produção que daria o impulso necessário para a almejada “Marcha para o Oeste” e “a conquista da Amazônia”.

O planejamento previa ter em funcionamento cidades com indústrias instaladas em áreas pouco povoadas e/ou periféricas. O centro contaria com uma infraestrutura projetada com preocupações urbanísticas, de modo a se constituir em uma “bela cidade entre 10 (dez) a 15 (quinze) anos”. Ao redor de tal núcleo central, seriam comercializadas as glebas, onde estavam demarcadas, das maiores às menores, chácaras e sítios. Nesse contexto haveria espaço para hospitais e escolas, em áreas planejadas para que se completasse o cenário urbano arquitetado, na região central.

Mas, o planejado não saiu como o esperado. Na instalação das colônias agrícolas nacionais, não houve o sucesso que se esperava. Faltaram meios e a população não se sensibilizou com o programa que passou a ter problemas de financiamento e, portanto, de funcionamento.

1.5 Colônias Agrícolas no Estado de Mato Grosso

O Estado de Mato Grosso até a divisão do Estado de Mato Grosso no ano de 1977 era um vasto território considerado como “espaço vazio” e alvo de políticas e

programas de governo como a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Estado do Mato Grosso do Sul atualmente).

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados foi instalada dentro dos moldes de expansão agrícola através de colonização numa região que estava sob domínio privado da Cia. Matte Laranjeira, que tinha obtido a concessão de terras devolutas desde o Brasil República²⁸ pelo decreto 520 de 1896 (BIANCHINI, 2000, p.88). A empresa detinha aproximadamente um milhão de hectares, ocupadas pela exploração ervateira e bovina, com utilização de mão-de-obra de indígenas e paraguaios.

Com a intervenção federal no Governo Vargas, esta área foi liberada a colonização privada associada à colonização oficial a experiência de “desalojar intrusos” implantada no final da década de 1940 e início dos 1950 e a fundação de diversas colônias agrícolas no sul de Mato Grosso, (MORENO, 2007).

Em 1943 ocorreu a escolha da área de Dourados por se enquadrar como a unidade e passou a operar em 1948. O projeto tinha como objetivo a colonização da área que deveria servir como local para a produção agrícola destinada ao mercado paulista, assim como a de Goiás (dentro da perspectiva de ser uma das “frentes pioneiras” relacionadas ao desenvolvimento industrial paulista), tendo sua produção escoada através de estradas de ferro existentes e necessitando da construção de pequenos trechos²⁹, para interligar as colônias agrícolas com o Estado de São Paulo.

Em uma área de 300.000 (trezentos mil) hectares, o Governo Federal planejou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Sua demarcação inicial ocorreu em terras para colonização, nas áreas reservadas de 40.000 (quarenta mil) hectares no planalto da serra da Bodoquena, no município de Miranda no Estado de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul).

²⁸ A Matte Laranjeira não era considerada confiável em função do poder que exercia e havia exercido no Estado. BORGES (1981)

²⁹ O ramal ferroviário de Ponta Porã da Ferrovia Noroeste do Brasil (1917) bifurcou-se da linha-tronco na estação de Indubrasil, no município de Campo Grande. A inauguração se deu em três etapas: primeiro Maracaju (1944), depois até Itaum, no município de Dourados (1949), e finalmente até Ponta Porã (1953), divisa com o Paraguai.

1.6 As Colônias Agrícolas Estaduais

A partir de 1947, foi permitido criar colônias agrícolas estaduais, conforme dados e informações encontrados na CPP (Comissão de Planejamento da Produção). Foram instaladas 23 colônias, entre as quais Fátima de São Lourenço.

As inovações nos serviços de regulamentação das terras devolutas ficaram a cargo dos governos estaduais, que assumiam o comando do processo, após a deposição de Getúlio Vargas. A colonização foi incentivada no Estado de Mato Grosso objetivando, além do rápido povoamento, o aumento da produção com o favorecimento à iniciativa privada.

Em 1947 quando assumiu o governo do Estado, Arnaldo Estevão de Figueiredo, colocou em prática uma política de colonização, que segundo ele, pretendia “desenvolver o norte do Estado”. Por isso, em Mato Grosso, ocorreu a implantação dos primeiros projetos oficiais de colonização, contando com apoio de imobiliárias e colonizadoras revelando-se um negócio lucrativo em termos econômicos. Após aqueles anos e como consequência das diversas ações no plano rural e urbano, na década seguinte foram criados diversos municípios.

Em 1951 Fernando Corrêa da Costa assumiu o governo do Estado de Mato Grosso e seu governo seguiu a lógica e as práticas de ocupação dos “espaços vazios” do Estado, com a participação das empresas imobiliárias e de colonização. Isso porque ocorria a regularização fundiária de forma similar nos chamados projetos de “Colonização Empresarial”, através da apropriação da terra por empresários e colonizadores que revendiam a terra (MORENO, 2007, p.102).

As terras devolutas passaram a ser ocupadas e colonizadas porque eram consideradas livres para venda e poderiam ser adquiridas em lotes nunca superior a 10.000 hectares, (a não ser com a autorização expressa do Senado Federal), como forma legal de impedir a formação de latifúndios. No entanto, foram diversas formas de burlar a lei que resultaram na concentração fundiária atual, (MORENO, 2007).

Dentro do Estado do Mato Grosso, as colônias agrícolas eram projetos que caminhavam para um objetivo principal: amenizar os conflitos sociais causados pela expropriação sistemática de trabalhadores rurais em outras regiões do país onde havia grande concentração fundiária. Outro aspecto é que seria disponibilizado uma quantidade considerável de mão de obra nas regiões de “desbravamento”,

viabilizando projetos agropecuários, agroindustriais ou até mesmo de mineração, (IANNI, 1970).

É importante ressaltar que as colônias agrícolas estaduais na prática eram mal organizadas e planejadas, o que levou a um posterior processo de reconcentração fundiária.

É possível ressaltar que diversos assentamentos e grande parte das Colônias Agrícolas Estaduais passaram a ser responsáveis pelo surgimento de vilas no entorno de Cuiabá, no início do século XX. Desse modo, como Jaciara, grande parte do processo das Colônias Agrícolas Estaduais, ficou associado à iniciativa privada, com projetos de colonização executados por empresas privadas.

Assim, entre 1947 e 1950 foram implantadas em Mato Grosso, as colônias agrícolas de Fátima de São Lourenço (Jaciara), Ribeirão da Ponte (Cuiabá), Alto Coité e Jarudore (Poxoréo) e Coronel Ponce (Cuiabá/Dom Aquino e Campo Verde).

1.7 A Colônia Fátima de São Lourenço

Derivada da “Marcha para o Oeste” que era empreendida no Estado nos anos 1940 e 1950, Jaciara³⁰ passou a ser uma espécie de “filha” dessa colonização proposta por Getúlio Vargas que num primeiro momento foi lenta e confusa, porém, a partir de 1944, teve contornos mais definidos³¹ depois de emancipada pelo Estado do Mato Grosso.

Anteriormente, na década de 1920, a Oeste da região, havia exploração de garimpos que funcionaram até a década de 1980, no vale do rio São Lourenço, em Poxoréo e Dom Aquino, onde os garimpeiros bateavam no aluvião dos rios e córregos, de forma predatória, em busca de ouro e diamantes. Estas localidades eram conhecidas como Mutum e Coronel Ponce, onde atualmente está localizado o município Dom Aquino. Somente em 1945 a região teve inserida em seu território uma colônia agrícola estadual.

³⁰ Os registros iniciais de contato colonizador com os índios são de 1877, quando chegaram os pioneiros brancos e que de forma desordenada passaram a ocupar a região. Nesse processo a região permaneceu até 1947, ou seja por setenta anos, a partir daquele pioneiro contato de ocupação.

³¹ Diversos projetos colonizadores tiveram essas características. Em Rondônia a Reserva Seringueira de Ouro Preto, as colônias de Dom Aquino, Poxoréo.

Em 1940, o Estado de Mato Grosso implantou a Colônia Agrícola de Fátima de São Lourenço, discriminando sua área:

[...] para fins de colonização 70.000 ha de terras neste vale, iniciando logo a seguir, a venda dos lotes. Estes, entretanto, só passariam realmente a ser ocupados na década seguinte [anos 1950], por pequenos e médios proprietários, dedicados à atividade agrícola e também por grandes latifundiários voltados à pecuária de corte (MOURA,1983, p.57).

Decorre dessa distribuição fundiária a estrutura econômica que iria se consolidar no município, em função da grande bacia com produção leiteira e pequena agricultura de subsistência, que se constituiu a partir da pequena e média propriedade e a produção de grãos e cana de açúcar baseadas na grande propriedade que a caracterizou desde então.

O Vale do Rio São Lourenço (importante afluente do Rio Cuiabá) até a década de 40 não tinha suscitado interesse do capital especulativo. Assim sendo, o vale ainda era um imenso espaço natural, dito vazio. Ocupado por alguns fazendeiros de origem cuiabana, as fazendas se dedicavam à criação extensiva de gado. Alguns posseiros plantavam produtos de subsistência como milho, arroz e feijão.

Havia um acordo entre o governo estadual e o federal para que se instalassem outros projetos, (assim como fizera em Goiás), com núcleos apoiados pela Fundação Brasil Central. A colônia de Fátima de São Lourenço³² teria esse caráter e foi criada em 1947, ocupando uma área de 18.000 hectares, dividida em 712 lotes, (MORENO, 2007 p. 125). Este projeto de colonização foi implementado entre 1948 e 1960, tendo sua titulação em 1960.

³² Área onde foram instalados os municípios de Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa considerando a existência de terras devolutas e estaduais arrecadadas. Na época era parte do município de Juscimeira, cujo desmembramento se deu pela Lei nº 1188 de 20 de dezembro de 1958 sendo foram estabelecidos três distritos: o da sede, o de Fátima e de São Pedro da Cipa.

1.8 A controvérsia local da colonização de Jaciara

É importante destacar que o processo de construção do município de Jaciara ocorreu de modo linear. O tempo da colonização foi iniciado na década de 1940 numa área que era uma reserva estadual destinada à colonização federal e que seria liberada para a colonização em um programa chamado Colônias Agrícolas, em andamento no Estado Novo. Entretanto, por interesses de natureza política acabou sendo destinada à colonização estadual conhecido como Colônia Agrícola de Fátima do São Lourenço, com área de 200.000 hectares, (MORENO, 2007).

Existe uma controvérsia entre a população do município quanto à sua colonização. Jaciara era projeto do Governo Federal dentro dos moldes de uma Colônia Agrícola Federal, mas que “não saiu do papel”, pois a opção foi por outra área, Dourados.

A CIPA (Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola Ltda) elaborou um projeto de colonização ao mesmo tempo que o Estado do Mato Grosso lançava as bases legais das suas colônias agrícolas, semelhantes às federais, procurando incentivar a ocupação das áreas estaduais com um programa de colonização.

Em 1941 teve início a política de colonização federal, sendo então criadas as Colônias Agrícolas Nacionais, que refletiam a preocupação do governo federal em ocupar o Centro-Oeste. Assim, naquele ano, a Interventoria do Estado baixa o decreto-lei para:

Aumentar a sua população e fomentar a formação de pequenas propriedades rurais, bastando para isso, reservar e doar ao Governo Federal as terras que oferecem as condições exigidas para o estabelecimento de grandes núcleos coloniais: atendendo a que, prestando essa colaboração, concorrerá o Governo do Estado para a execução do Plano Geral de Colonização (MOURA, 1983, p. 59).

A Interventoria estadual então, um dia após este ato, e com base em outro decreto-lei, reservou uma área de 200 mil hectares no Vale do São Lourenço, que foi entregue ao Governo Federal para que o mesmo implantasse uma de suas colônias agrícolas.

Finalizava-se um estudo que localizava e se justificava com o destino da área a sua escolha. O mesmo estudo sugeria que fosse enviada ao Estado de Mato

Grosso uma comissão de técnicos do Ministério da Agricultura para proceder a um estudo sobre as condições da área doada. A referida comissão deu parecer favorável à instalação da Colônia Federal, que foi inicialmente aprovada pelo Presidente da República.

Quando o chefe da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura esteve no Estado de Mato Grosso, percorrendo as duas áreas destinadas à colonização - a do Vale do São Lourenço e a de Ponta Porã – deu parecer favorável a esta última.

[...] para a tomada desta resolução, argumentou que a primeira área não dispunha de infraestrutura básica necessária e mercado consumidor suficiente para demandar a produção agrícola que adviria, quando da implantação da colônia, sendo mais aconselhável nela desenvolver uma atividade pastoril, uma vez que o rebanho bovino, podendo ser transportado a pé, poderia vencer os precários meios de comunicação do então Norte mato-grossense e alcançar os centros consumidores mais distantes (MOURA, 1983, p.60).

Foi assim estabelecida uma disputa entre os poderes federal e estadual, sendo que:

[...] este último preferia que a localização da Colônia fosse a primeira área escolhida, enquanto que o Ministério da Agricultura era favorável à sua localização no sul do Estado. Tal impasse foi facilmente abolido quando da criação, em 1943, do Território Federal de Ponta Porã, perdendo, pois, o Estado a hegemonia da área, o que permitiu ao Governo Federal a concretização de seus objetivos. Assim sendo, no mesmo ano de 1943, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, ocupando 300.000 ha do então Território Federal de Ponta Porã e descartando de vez a pretensão do Governo Estadual em colonizar na época, o Vale do São Lourenço intensificar o povoamento do então Norte do Estado de Mato Grosso (MOURA, 1983 p.62).

A demora para a estruturação do projeto fez com que o interventor criasse um programa estadual, buscando agilidade no processo de colonização para receber a população de garimpos dos Poxoréu, Alto Araguaia e Cuiabá. Em 1948 foi feito um levantamento topográfico onde estava o povoado de São Nicolau, atual sede do município de Jaciara.

Simultaneamente com a criação da Colônia Estadual de Fátima de São Lourenço, de natureza pública, no final de década de 1940, também no Vale do Rio

São Lourenço, ocorreu a implantação de outra colônia, esta como colonização particular de responsabilidade de uma empresa de colonização paulista a CIPA (Colonizadora Industrial Pastoril e Agrícola Ltda.).

Naquele momento, o governo do Estado passava a dar prioridade à colonização privada em função dos limites impostos aos programas de Reforma Agrária do Governo Federal, cujo presidente era o General Dutra. Mas, também se constituía como uma forma do Governo do Estado obter recursos financeiros para o eterno déficit de caixa estadual, especialmente para colocar em prática os programas estaduais de colonização.

1.9 A CIPA (Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola Ltda.)

A fixação da população a partir de 1948 passou a ser feita pela colonizadora CIPA pertencente à família Ferreira Sobrinho vinda de Campinas, com sede na cidade de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo.

Em 1945 os proprietários da CIPA, chegaram a Mato Grosso procurando terras para colonizar e encontraram na região as condições buscadas. A colonização privada vinha sendo incorporada ao modelo de colonização do Governo Federal, então mudando sua linha de atuação para uma política mais liberal que a de Vargas que havia destinado uma reserva de terras, com apoio do Estado, para a implantação de uma Colônia Agrícola Nacional.

A Família Ferreira, proprietária da colonizadora CIPA havia percorrido a reserva do Vale do São Lourenço e apresentou um projeto ao governo do Estado para proceder à colonização da área, cujo projeto foi aceito. Restava à CIPA tomar providências emergenciais como a abertura de estradas para o acesso à colônia, assim como o loteamento do primeiro núcleo urbano chamado de São Nicolau, que posteriormente deu origem ao município de Jaciara

Em 1947, Milton Ferreira da Costa, que seria sócio da CIPA, com 25 anos de idade, trabalhava em Marília, Estado de São Paulo. Milton, a serviço da firma onde trabalhava na época, viera a Rondonópolis. Observando que entre Rondonópolis e Cuiabá, havia uma área cuja terra era oferecida a quem desejasse investir em colonização, procurou o governador Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, que iniciava

o governo. Obtida a audiência, o governador encaminhou Milton ao deputado estadual Gervásio Leite para que tratasse do negócio. Em poucos dias, o Estado denunciou o contrato com a União relacionado à cessão de terras pertencentes à União, (Projeto Memória Viva. Municípios de Mato Grosso. Fundação Júlio Campos, Várzea Grande, MT.).

Com seis familiares, Milton voltou para o Estado do Mato Grosso, adquirindo o máximo de terras possível pela legislação de então: sete glebas. Quatro situadas na área que atualmente está o município de Poxoréo, e três no município de Cuiabá.

Em 1947, os proprietários da CIPA adquiriram áreas para a colonização por parte da família Ferreira, no governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo. A aquisição dos 70.000 hectares³³ foi realizada através da compra de sete lotes de 10.000 hectares cada um, utilizando a compra em partes da área total estava dentro do limite legal para aquisição de terras devolutas, ou seja, um dos mecanismos utilizados para burlar a legislação agrária vigente pesquisados por Moreno (2007).

No livro “Municípios de Mato Grosso: Jaciara” realizado pelo Projeto Memória da Fundação Júlio Campo (sem data), que contém uma narrativa histórica oficial sobre o município. Segundo essa fonte, os proprietários das sete glebas eram: Antônio Ferreira Sobrinho (pai), os filhos Milton, Paulo, Osvaldo, Navarro, Jeny e um cunhado, Coriolano de Assunção.

Paulo, o mais experiente em negócios de compra e venda de terras, agenciou a concretização dos projetos da família junto ao governo. Com títulos provisórios na mão, a família abriu a empresa, com sede na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, sob a denominação de Colonizadora Industrial Pastoril e Agrícola, devidamente registrada no Ministério da Indústria e Comércio- Marcas e Patentes- sob a sigla CIPA e como sócios, todos os fundadores: Paulo, Milton, Osvaldo, Navarro.

O engenheiro agrônomo Paulo Campos, irmão de Frederico Soares de Campos (futuro governador do Estado), deu início à medição das terras. daquelas demarcações surgiram as glebas São Nicolau, São Pedro da Cipa, Irenópolis, Juscimeira, Santa Elvira, São Paulo e Jatobá, onde existia a fazenda do padre Albuquerque.

³³ Tratava-se de uma área que se iniciava em Juscimeira e alcançava as águas quentes.

Na estruturação da CIPA, Paulo, contratou corretores e abriu campanha de propaganda das terras, permitindo que meninos distribuíssem panfletos nas estações da estrada de ferro Sorocabana. Nicola Rádica, que viajava de Martinópolis para Presidente Prudente, por aquela ferrovia, leu uma dessas folhas e buscou o escritório da CIPA para comprar as terras anunciadas. Nicola foi o primeiro comprador de terras da CIPA. Na época foi feito o levantamento topográfico da área do povoamento de São Nicolau (atual sede de Jaciara) pela CIPA que produzia alguns folhetos e cartazes que estimulavam possíveis colonos a comprar terras em Mato Grosso.

Figura 2: Propaganda de venda de terras – CIPA

V A L L E D O S A O L O U R E N Ç O

TERRAS

M A T O G R O S S O

As mais férteis do mundo

As melhores do Brasil! Na Região mais próspera de Mato Grosso!
 Terras para Sítios e Fazendas; para Café ou qualquer outra cultura tropical!
PREÇO: Cr\$1.650,00 por alqueire, nas seguintes condições: 250/0 de entrada e 750/0 em 5 pagamentos anuais e sem juros!
GARANTIAS: As terras são tituladas pelo Governo do Estado e por esta razão cercadas de todas as garantias
Orientação Técnica: A Cia. oferece a orientação técnica necessária ao plantio de qualquer lavoura, como também sementes de quaisquer espécies.

Jacyára

Jacyára é a sede da Colonização de cerca de 20.000 alqueires, fundada no coração da mais futura região de café do mundo, JACYÁRA tende ser a grande realização do Vale do São Lourenço. Compre o seu terreno em JACYÁRA, urbano ou rural. Construimos sua casa a longo prazo e sem Juros!

Informações em nosso Escritório Central á Rua Nicolau Mafei, 445 - PRESIDENTE PRUDENTE ou com qualquer um de nossos muitos agentes.

FONTE: Arquivo Municipal

A propaganda de terras da CIPA apresenta como principal atrativo a fertilidade das terras de “Jacyara” vendidas como sendo as “terras mais férteis do mundo”, sobretudo para a produção de café (fato não concretizado), e tendo assistência técnica garantida. Outro fator que chama a atenção é que “As terras são tituladas pelo governo do Estado e por esta razão cercadas de todas as garantias”. Logo, a procedência da terra por meio da venda pelo próprio Estado de Mato Grosso tornou-se um argumento da revenda das mesmas para colonos com capital.

Em outra propaganda da colonizadora outros elementos são colocados:

Figura 3: Propaganda da Colonizadora CIPA para pequenos lavradores

T E R R A S

PARA O PEQUENO LAVRADOR

Leia com Atenção

A maior colonização do Oeste Brasileiro - terras no Estado de Mato Grosso, próximas à Capital do Estado, estão sendo colonizadas pela

Colonizadora, Industrial, Pastoril e Agrícola "Presidente Prudente" Ltda.
(CIPA Ltda.)

As melhores terras do Brasil, localizadas no Vale do São Lourenço, no município de Cuiabá - Capital de Mato Grosso terras próprias para café, algodão, trigo, cereais e cana.

Terras livres de geadas

A firma colonizadora garante o financiamento para transporte de mudanças e custeio de lavouras, fornecendo também, diretamente nas terras, sementes, mudas para pomares e hortaliças e ferramentas.

Preço: Cr.\$1.000,00 por alqueire - 20 o/o de entrada - Prazo 6 anos sem juros.

Para melhores informações, procure a

**Colonizadora, Industrial, Pastoril e
Agrícola "Presidente Prudente" Ltda.**
Rua Tenente Nicolau Mafei, 445 - 2.º andar em
PRESIDENTE PRUDENTE

Nesse panfleto se identifica que o alvo da publicidade era o “pequeno lavrador” com capital para pagar pela terra, e oriundo do sul e sudeste rumo às terras férteis e sem geada, um fator climático que assola as regiões e trazendo complicadores para a produção agrícola.

Em ambos os casos das propagandas da colonizadoras acima, é necessário ponderar que a CIPA não tinha condições técnicas de saber que se tratavam das “terras mais férteis do mundo”, e isso era vinculado como realidade ao alcance do comprador.

A maior parte dos lotes foram vendidos pela CIPA, em São Paulo, onde se encontrava a sede da companhia. Pequenos proprietários vivendo um processo de expropriação em São Paulo por não conseguir acompanhar em suas pequenas propriedades o acelerado processo de modernização agrícola, viam no projeto da colonizadora a perspectiva de melhoria de vida, adquirindo lotes de terra em Mato Grosso.

Paralelamente, a CIPA vendeu também a particulares³⁴, que lograram também colonizá-los. Um deles, após ter reservado para si uma parcela de sua terra, subdividiu a outra parte em pequenos lotes rurais, de modo a assegurar um contingente fixo de força de trabalho, necessária a sua própria fazenda. O mesmo proprietário subdivide outra parcela de sua terra em lotes urbanos, criando assim, um núcleo de povoamento que deu origem à cidade de São Pedro da Cipa, um dos atuais distritos de Jaciara. Mais tarde, nas proximidades de São Pedro, foi construída a Usina de açúcar de Jaciara. A partir daí os colonos de São Pedro, que inicialmente, se dedicavam também à agricultura de subsistência de arroz, feijão e milho, passaram a se transformar em fornecedores de cana para a usina (MOURA, 1983 p.67).

Os primeiros colonos chegaram em 1949, dando início às primeiras lavouras. Alguns resultados promissores permitiam a formação de novos núcleos colonizadores com novos lotes feitos pela colonizadora, sempre atrelados a mais propagandas.

Na década de 1950 se intensificou a construção da cidade de Jaciara. Em 1950 foi elaborado o projeto de urbanização da futura cidade; em 1953 foi criado o

³⁴ Certamente ocorreu um erro na escrita, visto que a venda era somente para compradores particulares.

novo distrito de Jaciara (pertencendo ao município de Cuiabá); e em 1958 o então Governador João Ponce de Arruda, sancionou a Lei nº 1.188, criando o município de Jaciara³⁵. A década de 1950 foi marcada pelo adensamento populacional do município, sendo que:

O adensamento populacional alcançado por São Nicolau - o primeiro núcleo de colonização da CIPA, fez com que em 1953, seja elevado a distrito de Cuiabá, sob a denominação de Jaciara. No final desta década de 1950, o crescimento demográfico e econômico alcançado pelo mesmo, propiciou que o então distrito de Jaciara, em 1956, se emancipasse política e administrativamente, constituindo em um novo município do Estado de Mato Grosso (MOURA, 1983 p.67).

A Lei Estadual nº 1.188, de 20 de dezembro de 1958 criava o município de Jaciara desmembrando-o dos municípios de Cuiabá e Poxoréo. No mesmo ano, se implantava a Rodovia MT-15, depois BR - 364, que passava por Jaciara e servia de rota para outros distritos como São Pedro da Cipa e Juscimeira. A estrada teve importância fundamental para o desenvolvimento da região pela facilidade de escoamento das safras agrícolas para os centros de consumo e transformação.

A execução do projeto de colonização, ou seja, a demarcação da área e distribuição de lotes foi feito pela CIPA. Cabia também à colonizadora construir estradas, instalar cabos de telégrafo, fios de telefone e quando possível eletricidade. Isso podia representar maior conforto para alguns colonos cujas condições em algumas regiões de origem eram inferiores às disponibilizadas.

Na área urbana começavam a aparecer algumas residências e estabelecimentos comerciais, como a CIBRAZEM, EBCT, TELEMAT (Telecomunicações do Estado de Mato Grosso), SANEMAT (Companhia Estadual do Estado do Mato Grosso), CEMAT (Centrais Elétricas Mato-grossenses), Banco Bamerindus, além de três postos de saúde, dois hospitais e três clínicas.

Uma das consequências notáveis foi o crescimento dos distritos à sua margem, que logo se desmembrariam de Jaciara. Juscimeira passou a ser distrito pela Lei nº 2.919, de 06 de janeiro de 1969, mas o Ato Complementar Federal nº 46, de 07 de fevereiro de 1969 impediu a execução da lei; depois, foi criado e

³⁵ O nome Jaciara tem origem tupi-guarani foi extraído da obra do escritor Humberto de Campos, depois de um concurso que buscava um novo nome sugestivo para o lugar que estava sendo colonizado. A inspiração veio da lenda da índia Jaciara, a "senhora da lua" presente no texto Vitória Régia. Ver reportagem no Anexo.

estabelecido por Lei nº 3.761, de 29 de junho de 1976 e apenas em 1979, como município. Em tempos diferentes, São Pedro da Cipa foi criado inicialmente como distrito de Jaciara, pela lei estadual nº 1130, de 17 de novembro de 1958, sendo elevado à categoria de município pela lei estadual nº 5906, de 20 de dezembro de 1991.

No tempo passado, o tempo da colonização, Jaciara foi construída e foi se consolidando através da produção agrícola para o auto abastecimento dos colonos e produzindo também para consumo nos distritos e cidades próximas, além da capital Cuiabá. Os principais produtos plantados e comercializados nesse tempo foram o arroz, milho, cana de açúcar e outras culturas de menor expressão. (Siqueira 2002).

No entanto, uma das atividades produtivas que se destacou na região tem como base a instalação de usinas de cana-de-açúcar, como será tratado no próximo capítulo.

2 O TEMPO DA USINA: O TEMPO PASSADO E PRESENTE

2.1 Engenhos e Usinas de Açúcar e Alcool no Mato Grosso

Além das diferenças quanto aos conteúdos semânticos há diferenças técnicas entre engenhos e usinas na perspectiva da energia. Dentre as diversas concepções para engenho, a que se refere ao processo produtivo que utiliza a cana-de-açúcar, o dicionário Houaiss (2001) "*Aparelho para moer cana, moenda*", e "*Estabelecimento comercial situado em zona canavieira e destinado à moagem de cana para o fabrico de açúcar, aguardente, rapadura*" (p.1149). Portanto, o conjunto processador no qual se faz o açúcar está associada ao equipamento principal: a moenda; associado à fornalha, tachos ou caldeiras e uma estrutura física como casa, galpão. Informa ainda que sua força motriz utilizava a água, o boi, o banguê, o cavalo. Posteriormente passou a usar o vapor associado à energia mecânica quando passou a ser chamado usina ou engenho central, (ANTONIL, 2007).

Como engenho, e assim é usado no nordeste brasileiro, pode ser tomado pelo conjunto agroindustrial no qual se inclui a cultura da cana de açúcar e seu processamento, incluindo as terras cultivadas, as instalações para moagem e as residências de proprietários e habitações dos colonos e trabalhadores, sendo que no período da escravidão eram diferenciadas no título da obra clássica de Gilberto Freire "*Casa Grande e Senzala*" (1933), numa oposição entre o lugar dos senhores e escravos, patrões e empregados, conforme prefácio da obra de Antonil (2007).

A usina, para o mesmo autor, tem um sentido mais concentrado e se diferencia da unidade artesanal por ser u estabelecimento industrial: engenho para a forma artesanal de produzir; e Usinas para a forma mercantil e capitalista. A usina é equipada de máquinas, construídas geralmente de ferro, movida a energia elétrica nos moldes da indústria moderna, com maior produtividade. O engenho tem maquinário e utensílios de madeira com pequena contribuição do ferro, onde se processa a transformação de matéria-prima em produtos finais ou semiacabados.

Entretanto, a natureza da Usina se apresenta como um conjunto de instalações destinadas à geração e reaproveitamento de energia e às vezes de resíduos da matéria prima, como ocorre com o bagaço que passa a ser utilizado nas

fornalhas das usinas. Portanto, no engenho o processo técnico é artesanal e na usina é industrial, atendendo aos pressupostos capitalistas.

2.2 Engenhos e Engenhocas no Período Colonial no Mato Grosso

O reconhecimento de uma unidade de engenho implantada em Mato Grosso se dá em meados de 1728, quando foi instalado um engenho na Chapada dos Guimarães por Almeida Lara. A Capitania de Mato Grosso apresentava uma produção reduzida e que se destinava ao consumo regional. Mesmo com o desenvolvimento da lavoura de cana-de-açúcar a capitania continuou importando açúcar e certamente aguardente:

Apesar da introdução e posterior pequeno desenvolvimento da lavoura de cana, Mato Grosso permaneceu como importador de açúcar. A exploração do açúcar e aguardente na região era atingida pela proibição do desenvolvimento dessas atividades em zona de mineração (VOLPATO, 1987, p. 85).

A autora considera a produção da aguardente como complemento das atividades de mineração desenvolvidas na época, afirmando que:

Embora essas proibições permanecessem em vigor, a lavoura de cana de açúcar manteve-se em Mato Grosso. Durante todo o período colonial, não chegou, no entanto, a se tornar produto de exportação, situação que ficou ainda mais difícil quando a exploração do açúcar em São Paulo assumiu caráter exportador. A capitania não tinha, assim, como exportar açúcar para outras regiões da Colônia, uma vez que não podia enfrentar a concorrência de outras áreas produtivas da colônia, ou seja, o Nordeste e o Centro Sul. Sem mercado consumidor para os seus produtos, e sofrendo controle do governo português, que procurava conter a expansão dessa atividade, a exploração do açúcar em Mato Grosso assumiu características próprias. Restringiu-se ao atendimento apenas do consumo regional; não só do açúcar, mas também de seus subprodutos, principalmente a aguardente (VOLPATO, 1987, p. 86).

Cabe ressaltar, que na mineração a atividade açucareira, sobretudo a produção de aguardente, se dava de maneira bastante rudimentar, com uso de equipamento de baixa produtividade, podendo ser, no caso do açúcar, na forma de

rapadura, consumida não apenas como adoçante, mas também para complementar a dieta de alimentos como a paçoca, utilizada pelos bandeirantes e mineradores. Sendo assim, a produção de produtos derivados da cana poderia ser implantada em diversas regiões e o uso da cana se justificava complementarmente na criação de gado, fugindo da fiscalização que proibia sua produção em regiões de mineração.

Todavia, em 1728 eram encontradas plantações de cana às margens do Rio Cuiabá, e nos municípios que viram a ser Chapada dos Guimarães e Diamantino, onde funcionavam aparentemente como fábricas de açúcar com baixa eficiência produtiva. Mas certamente, há uma relação desses engenhos com o consumo de aguardente na região pelos trabalhadores na mineração, considerando que nesses locais há consumo da bebida em função do trabalho extenuante.

No século XVIII, cerca de 80 estabelecimentos do segmento açucareiro tinham se instalado na capitania. Em meados do século XIX o açúcar e a aguardente eram exportados para a República do Paraguai e, com a declaração do Tratado de Comércio foram mantidas até a guerra com o país vizinho. Entretanto, com o tempo a república guarani passou a dar prioridade às fabricas de açúcar da República da Argentina, prejudicando assim os interesses da indústria de Mato Grosso. Ainda com a perda desta exportação a atividade açucareira permaneceu próspera e lucrativa, considerando o consumo interno, (BORGES, 2001).

Mesmo antes da Guerra do Paraguai, alguns engenhos de cana de açúcar já faziam uso de moendas de ferro, o que gerava um aumento de produtividade, com contribuição da possibilidade de abertura da produção de Mato Grosso através da navegação pelo Rio Paraguai. No entanto, com a eclosão da guerra se interrompeu o desenvolvimento da agroindústria canavieira pela falta de investimentos, modernização do equipamento, interrompendo a exportação e o comércio.

Com o término da guerra e a conseqüente reabertura da navegação através do Rio Paraguai houve a redução dos investimentos nas agroindústrias canavieiras que existiam na Chapada e planalto Diamantino. Os novos empreendimentos deslocavam-se para o Rio Abaixo com maiores e melhores recursos, (BORGES, 2001).

As instalações dos engenhos no período colonial em Mato Grosso estavam constituídas pela casa grande, a senzala e outras moradias para ferreiros, carpinteiros e demais mestres, como no Nordeste. O maior dos edifícios era a casa

grande, e em geral em Mato Grosso, ao contrário do Nordeste, a atividade não era exclusiva e sim associada a outras atividades rurais, principalmente pastoris.

As senzalas não contavam exclusivamente com negros escravos para a atividade industrial, mas poderia ter aldeados os nativos que tinham trabalho similar ao escravo na atividade praticada. Isto significa que haveria capela em função do patronato, comum nessas localidades, onde se faziam as celebrações religiosas cristãs.

No próprio engenho diversas construções exigiam pedreiros e outros especialistas trabalhadores como: ferreiros para a manutenção das partes de metal quando se substituiu a madeira pelo ferro, bronze ou cobre; carpinteiros, para fazer a maior parte dos equipamentos entalhados, os caixões para transporte de produto final e outros banguês destinados às várias fases de processamento da produção de açúcar e reparação dos telhados. Eram necessários carregadores e cortadores da cana de açúcar, que na época, eram em geral negros escravos e índios aldeados. Uma grande propriedade autárquica poderia gerar forças de segurança quando solicitadas pelo governo que distribuía títulos desses comandos, (ANTONIL, 2007).

A produção do açúcar começava pelo ato de moer a cana, que era esmagada em cilindros impulsionados por rodas d'água ou parselhas de bois amarrados a cambões. Da moagem da cana, era possível produzir a garapa (um caldo espesso), que era conduzido à casa das fornalhas e depositado em tanques onde era concentrado em tachos de cobre e transferido para as formas de madeira ou ferro, onde o açúcar cristalizava. Nessa etapa a energia para a produção era tirada da queima de lenha cortada em matas próxima e seca.

Segundo Antonil (2007), no Nordeste, o processo era realizado numa “casa de purgar” e a massa resultante do processo era purificada e dividida em pães de açúcar – forma semelhante a tal, na qual o produto era comercializado no Brasil. No caso do Mato Grosso, onde a produção destinava-se ao mercado local, era armazenado em tijolos de açúcar (rapadura) considerando a facilidade de transporte.

2.3 Aspectos da revolução do vapor no Rio Cuiabá: As Usinas do Rio Abaixo

No início do século XIX, na província de Mato Grosso, prevalecia uma economia letárgica, depois do esgotamento da mineração em algumas regiões. Na bacia do rio Paraguai e do Cuiabá, a introdução do barco a vapor, a partir do final da

Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e a conseqüente implantação de usinas de açúcar às margens do rio Cuiabá, ocorreram alterações na economia regional provocada por esse fator, além do chamado ciclo da borracha.

O barco a vapor facilitava o transporte de equipamentos, mercadorias e pessoas, e nesse movimento permitiam o deslocamento de mão-de-obra, conhecimento técnico e máquinas entre Mato Grosso e outros estados e até mesmo países, sobretudo os europeus. A partir da abertura do rio Paraguai, em 1870, se iniciava a navegação com barcos a vapor com calado de mais de 50 toneladas, e com isso possibilitava a implantação de novas Usinas a vapor, substituindo os antigos engenhos, (MARTA, 2013).

Com esse equipamento importado, passou a ser produzido açúcar com maior eficiência. Também ocorria o beneficiamento da borracha, o processamento do mate, o tratamento dos couros, a elaboração da carne e seus derivados. Se do ponto de vista social eram gerados mais empregos e renda, abastecendo mercados que recebiam diversas mercadorias, aumentava o consumo de recursos naturais. Essa discussão era parte da polêmica relacionada a um padrão de atraso regional e parte da elite, relacionado às condições naturais de Mato Grosso, na qual se culpava a população pela situação, (MARTA, 2013).

O cultivo de cana de açúcar em Mato Grosso era uma atividade econômica praticada simultaneamente à mineração. Sendo uma espécie gramínea, e seu plantio muito simples, assim como a colheita, não havia maiores dificuldades com o solo do cerrado e com sua utilização na produção de açúcar, aguardente e rapaduras.

A partir das condições permitidas pela tecnologia disponível e o transporte fluvial, passaram a ser feitos investimentos em novas usinas às margens do rio Cuiabá, como uma alternativa econômica à pecuária, principalmente entre Santo Antônio e Barão de Melgaço.

Correa de Andrade (2006) se refere às usinas que foram sendo implantadas no final do século XIX e início do século XX como relativamente pequenas e com pouca produção de açúcar. Tais usinas operavam também na destilação de aguardente, produto herdado das estruturas anteriores, ou que passava a ser produzido como destilarias de álcool hidratado. Nas décadas anteriores a 1920, o

álcool, como um novo produto, passou a ser destinado, como combustível e denominado álcool-motor.

Em 1893, logo após à proclamação da República, o Comendador Joaquim José Paes de Barros, instalou em Santo Antônio do Rio Abaixo a primeira usina açucareira do Estado, denominada Usina Conceição. Depois de algum tempo, essa usina serviu de incentivo para a construção do maior estabelecimento açucareiro do Mato Grosso, a Usina Itaici.

Segundo Marta (2013) ao findar o século XIX, nas margens do Rio Cuiabá estavam instaladas diversas usinas de açúcar, aguardente e álcool, que totalizavam 12 fábricas que produziam açúcar e aguardente, sem contar inúmeros engenhos de rapadura. As maiores e mais conhecidas eram as usinas Itaici, Maravilha, Conceição, Aricá, Tamandaré, São Miguel, São Sebastião e Flechas.

A usina Itaici se destacou das demais em função dos equipamentos modernos para sua produção, sendo movida por energia elétrica. Sendo propriedade do Coronel Antônio Paes de Barros, (conhecido como Totó Paes), espantou a sociedade rural mato-grossense com sua estrutura avançada para a época, contando com uma tecnologia importada instalada pelo técnico alemão Otto Frank, morador de Buenos Aires, Argentina e que viajava pela América para instalar usinas.

Essa usina foi inaugurada em 1º de setembro de 1897 e foi a primeira a gerar energia elétrica no Estado do Mato Grosso. Além disso, a usina tinha no seu interior uma estrutura com escola, banda de música, capela, luz elétrica, mercado que na época era armazém de fornecimento de diversos bens, inclusive com moeda própria. Seus críticos diziam que esse conjunto de bens sociais seria argumento para manter sua população presa à propriedade, (MARTA, 2013).

Segundo o mesmo autor a Usina Itaici era a prova viva de uma modernização que acompanhava o processo histórico do cultivo da cana, pois possuía os mais avançados recursos da época, principalmente no tocante à assistência social. Apesar da modernidade, sua estrutura física e assistência social a Usina teve situações como as características do atual “trabalho análogo ao escravo”, (PORTELA, 2009).

Conforme Censo Industrial do Brasil de 1907, havia registros de várias indústrias canavieiras em Mato Grosso, entre as quais cinco de maior importância

que tinham mais ou menos 300 trabalhadores. Em 1920 havia seis usinas com um total de 277 trabalhadores.

É importante esclarecer que a produção da agroindústria canavieira do Mato Grosso foi consideravelmente pequena e abastecendo o mercado local, isso se comparada com outros estados brasileiros. Entre 1925 e 1931 o açúcar produzido no Mato Grosso representou apenas 0,30% do total produzido no restante dos estados brasileiros no período em questão. No ano de 1932, o Brasil possuía 336 agroindústrias canavieiras, das quais 11 pertenciam a Mato Grosso, (BORGES, 2001).

A expansão do cultivo da cana teve queda a partir de 1925. Segundo a hipótese de Marta (2013) o motivo da queda se deu devido à transferência da produção para São Paulo (que detinha melhores condições tecnológicas). Em Mato Grosso a ineficiência produtiva era causada pelo envelhecimento da tecnologia e falta de manutenção, o que levou as usinas a situações difíceis a ponto de quase desaparecer a partir de 1930.

Houve ainda o agravamento com os custos sociais acrescidos no Governo Vargas, com a implantação das Caixas de Pensão a Previdência Social, que era agravado pelos problemas com o estágio tecnológico ao qual estavam submetidas.

Desde o início dos anos 1920, o governo de Epitácio Pessoa, se preocupava com a recuperação do setor canavieiro, especialmente no Nordeste. Para tanto estimulava o desenvolvimento de tecnologia através de grupos de pesquisa para o álcool-motor. O Ministro da Agricultura da época, Miguel Calmon, fazia discursos estimulando a produção de álcool motor. Em 1923, uma mensagem presidencial indicava a necessidade de uma grande importação de gasolina, isso estimulava a produção interna de álcool motor.

Apesar do apoio do ministro³⁶, existia uma situação complicada vivenciada pelos primeiros pesquisadores do álcool. Em 1925, o objetivo da pesquisa era substituir o petróleo e o álcool importados pela produção nacional. O Governo Federal destinou cotas irrisórias destinadas para fomentar a produção de álcool em Mato Grosso, desestimulando a produção da cultura da cana.

³⁶ O informe conta as condições nas quais era feita a pesquisa e as dificuldades em conseguir uma velho Ford de quatro cilindros para os ensaios.

A mudança no governo, e a ascensão de Vargas, em 1930, definiu oficialmente a mistura mínima de 10% de álcool na gasolina³⁷, sendo que o Brasil produzia 150 mil litros de álcool.

A partir de 1932, com a situação internacional de crise no mercado de açúcar o governo passou a estimular a implantação de novas usinas de álcool, como parte de sua política centralizadora e desestimulou as oligarquias regionais à novas implantações, buscando, no caso do álcool, criar maior eficiência produtiva em relação ao produto.

Sob a supervisão de uma Comissão de Estudos do álcool motor passou a definir cotas aos estados e por usina, levando em conta no primeiro caso à demanda regional e no segundo a eficiência produtiva. Em ambos os casos, as respostas eram negativas, em função da falta de investimentos ao longo do período e das crises pelas quais havia passado o setor desde o início do século, (CORREA DE ANDRADE, 2006, p. 39).

Em 1933 foi criado o IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), cuja função era a execução da política iniciada e sua expansão. Em Mato Grosso não foram implantadas usinas naquele momento e as cotas de produção eram pequenas. Todavia, as Usinas continuaram funcionando com dificuldades, atendendo o mercado regional. Em 1939³⁸, ocorreu uma desorganização no mercado internacional em decorrência da Guerra Mundial, e Mato Grosso passou a receber combustível de São Paulo. As Usinas mato-grossenses entram em crise.

Tendo poucos bens tangíveis a ser disponibilizados, se lançou mão da comercialização das contas que foram adquiridas pelo governo do Estado de Mato Grosso. Como as usinas eram pequenas e estavam insustentáveis tecnologicamente, associou-se à tecnologia superada, a falta de comunicação, as estradas intransitáveis em algumas épocas do ano, mas principalmente em função da legislação trabalhista e previdenciária para justificar a crise, justificativas que foram reformadas durante o Governo Vargas. “Assim, “vivendo em dificuldade”, a maioria dos usineiros acabou vendendo as cotas e fecharam as usinas”, segundo Mendonça (2014).

³⁷ Decreto 9.717 de 20 de fevereiro de 1931.

³⁸ Entre 1932 e 1933 grande parte do parque industrial sucroalcooleiro foi transferido do nordeste para São Paulo.

2.4 A Usina de Jaciara

A Usina Jaciara foi fundada em 1963, no governo. Fernando Correia da Costa, como uma sociedade de economia mista. Era um esforço do governo do Estado para evitar perder as cotas do IAA, mantendo a pequena produção no Estado que passava a atuar, investindo na atividade açucareira, resolvendo assumi-las, juntamente com algum equipamento de duas usinas existentes no Estado: a Santa Fé e a Conceição. Ambas inativas e que podiam ter peças sobressalentes para a construção da nova Usina.

A iniciativa partiu do interesse da CIPA e deu início à implantação de sua fábrica em terreno às margens do Rio Tenente Amaral (município de Jaciara). No local foram realizadas as primeiras lavouras de cana na Gleba Pombal (atualmente pertencente ao município de São Pedro da Cipa).

A Usina instalada era de pequeno porte. Tinha uma capacidade nominal de produção de açúcar de 60.000/100.000 sacas por safra. Os subprodutos não eram aproveitados. A primeira safra ocorreu no ano de 1963 e, sob a administração do Governo do Estado. Depois de quatro safras foi privatizada. A empresa, todavia, mostrou-se deficitária, em todo o tempo e por diversos motivos.

Em 1970, ela foi arrendada à uma cooperativa de produtores rurais sediada em Jaciara e realizou duas safras, mas, também, não suportou os prejuízos, tendo sido obrigada a rescindir o contrato de arrendamento, antes do vencimento. Após a rescisão do contrato, o Governo decidiu privatizar a empresa no final de 1971, mediante venda do controle acionário, em concorrência pública.

A aquisição foi feita pelo Grupo Naoum, radicados em Anápolis, Estado de Goiás, e com a experiência da Usina Santa Helena, originária da Fundação Brasil Central em função de atuar também em atividades de cerealistas e atacadistas de mercadorias gerais. O interesse estava no açúcar como um dos itens predominantes do seu comércio atacadista de abastecimento popular e chegavam às vezes a comprar a produção inteira da Usina Monteiro de Barros, sediada em Goianésia, no Estado de Goiás, contando também com experiência no ramo. Desde 1964 o grupo empresarial era proprietário da Usina Santa Helena, localizada no mesmo Estado de Goiás.

Em janeiro de 1972 foi realizada a concorrência pública das ações da Usina Jaciara. Ao assumir a usina o grupo empresarial adquiriu os ativos e passivos a

serem considerados. Poucos eram os ativos que não necessitassem de reforma, manutenção e modernização. Diferentemente do passivo que era imenso. Segundo relato oral de Horácio Mendonça (2014): “[...] *receberam-na em situação precaríssima e de inteiro abandono*”, e “[...] *As máquinas necessitavam de reforma, os canaviais deveriam ser substituídos e replantados*”

A área plantada de cana era insuficiente e os equipamentos da usina careciam de reformas. As usinas remanescentes estavam malcuidadas e em lavouras de toco impedindo a mecanização. Não havia nenhum veículo próprio. No setor agrícola existia um único trator em mau estado. Boa parte das construções no parque industrial era de madeira, segundo relatos de Horácio Mendonça, (2014).

Administrativamente a empresa se encontrava completamente endividada. Atraso com fornecedores, pagamento de impostos estaduais e federais, Previdência, salário de trabalhadores, empréstimos em bancos. Havia ainda prestação de contas atrasados com a SUDAM. Isso exigia parcelamentos junto ao governo. Havia ainda superação de protestos e ações executivas. Ou seja, a empresa não possuía mais crédito e seu conceito era de mau pagador.

Na época havia problemas sérios de estradas, de comunicação, de carências de energia elétrica além de falta de tantos outros recursos imprescindíveis ao desenvolvimento da atividade.

“Os adquirentes da Usina, entretanto, vislumbrando o futuro promissor de Mato Grosso, pelos seus vastos recursos naturais e, ainda intuindo a importância para o Estado e para o Brasil dos produtos sucroalcooleiros. Trataram logo, de reformar os equipamentos da indústria; de adquirir e arrendar terras, expandindo as lavouras de cana de açúcar; de adquirir frota agrícola; de liquidar ou negociar as dívidas pendentes, contando, para tanto, com recursos de financiamento ou transferidos de suas atividades em Goiás; de contratar pessoal necessário para o desempenho dos diversos serviços próprios da exploração” (Horácio Mendonça Neto, 2014)³⁹.

Com tais providências a indústria pode funcionar com uma capacidade nominal de produção de 100.000 a 120.000 sacas de açúcar por safra até 1977. Nesse período, foi instalado na usina uma pequena destilaria de aguardente para aproveitamento do melaço resultante do processo de fabricação de açúcar na margem da rodovia.

³⁹ Entrevista com Horácio Mendonça Neto (Proprietário da Usina Jaciara), realizada em 15/03/2014 às 16 h.

A crise iniciada com a Guerra do Oriente Médio trouxe necessidade do governo criar programas de recuperação e construção de novas unidades produtoras de álcool. O Governo Federal criou o PROALCOOL (Programa Nacional do Álcool) e com ele novas linhas de crédito específicas para usina similares à Jaciara. Assim, a Usina conseguiu se equipar “*para tentar o grande salto*” que seria a sua viabilidade econômica.

Em 1977, a Usina de Jaciara obteve financiamento através do PROÁLCOOL, adquirindo e instalando a primeira destilaria do Estado com uma capacidade de produção de 150.000 litros de álcool por dia, mas existem relatos de que só tinha condições de produzir 90.000 litros. (HORÁCIO MENDONÇA, 2014).

No mesmo ano, a usina de Jaciara obteve um financiamento do FUNPROÇUCAR, com recursos do extinto IAA, para ampliação e modernização de todo seu parque industrial. Esse financiamento possibilitou a substituição de toda a maquinaria da fábrica por equipamentos maiores e mais modernos, bem como a construção de edificações necessárias.

Simultaneamente outros recursos transferidos de atividades de Goiás e novos empréstimos, foram realizados investimentos no setor agrícola, com vistas à produção de matéria-prima necessária ao suprimento da fábrica. Nesse porte tinha capacidade para esmagar 5.000 toneladas de cana por dia, produzindo até 10.000 sacas de açúcar, mais o álcool residual. Segundo relato oral de Horário Mendonça (2014), o objetivo era conseguir em curto espaço de tempo o suprimento da matéria-prima e contribuir para a geração de renda na agricultura da região, a Usina ampliou o seu quadro de fornecedores de cana, estimulando o plantio de novas lavouras.

A insuficiência e a irregularidade no fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária representaram, na ocasião, um sério embaraço ao funcionamento da indústria, motivo porque a Usina paralelamente com os investimentos mencionados foi obrigada a instalar uma hidroelétrica para geração de energia elétrica para suprir seu consumo, além da termoelétrica. Para tanto, obteve concessão para utilização da queda da Cachoeira da Fumaça, construída a 12 km da Usina, no Rio Tenente Amaral, cujas máquinas têm uma capacidade de geração de 3.500 kW instalados.

Os investimentos na indústria e na hidroelétrica foram efetuados em setembro de 1977. Em setembro de 1978 a Usina foi posta em marcha com a safra

experimental iniciada no mês seguinte. Daí em diante foram feitas muitas modificações, acompanhando a evolução tecnológica dos equipamentos, dos processos e dos sistemas, nos setores agrícola e industrial.

2.5 O PROÁLCOOL no Estado do Mato Grosso: Usinas de Álcool e Anexas de Açúcar

O PROÁLCOOL foi efetivado no Brasil em 1975 quando o Governo Federal, atendendo a um pedido do empresariado do setor sucroalcooleiro, autorizou a adição do álcool à gasolina para superar a crise do mercado açucareiro.

O programa teve três fases distintas: 1) em 1975, lembra rapidamente o atual programa de biocombustíveis do Governo Federal para atender a demanda de álcool anidro previsto a ser adicionado à gasolina (22%) era necessária a ampliação da produção de álcool no Brasil, uma iniciativa que incluía a instalação de novas unidades produtivas, (CORRÊA DE ANDRADE, 2006).

Em sua primeira fase, o objetivo do programa, como metas econômicas e sociais estava a redução da dependência do petróleo vindo do mercado externo assim como a diversificação da Matriz Energética Brasileira. O Proálcool tinha 5 objetivos básicos a serem alcançados:

- Economia de divisas mediante a redução da importação do petróleo para a produção da gasolina e de matérias-primas;
- Redução das disparidades regionais de renda mediante do alargamento da produção para diferentes regiões do Brasil com baixo nível de ocupação produtiva;
- Redução das disparidades individuais de renda através da maior ocupação da mão-de-obra no setor agrícola em uma atividade que supostamente pagaria salários mais elevados que a média do setor agrícola;
- Crescimento da renda interna com uma ocupação mais intensiva da terra e da mão-de-obra até então vistas como ociosas; e,
- Expansão da indústria de bens de capital (tratores, máquinas agrícolas, fábricas produtoras e construtoras de destilarias, indústria química etc.) mediante a elevação da demanda do setor sucroalcooleiro, (CORRÊA DE ANDRADE, 2006).

Numa segunda fase do programa, em 1979, ocorreu uma expansão da cultura da cana para suprir a produção de álcool. Nessa fase o Governo Federal pretendeu

autorizar o uso de álcool hidratado como combustível de veículos, antes o álcool somente era adicionado à gasolina na forma anidro. Essa proposta governamental bastante ousada dava condições para a criação de uma matriz energética alternativa à gasolina adotando o álcool combustível em veículos de passeio.

A terceira e última fase do programa foi de 1987 até 1999/2000 quando o etanol passa por uma crise de superprodução. Como é de se imaginar a tônica dessa fase foi o recuo dos recursos públicos para financiamento do Proálcool somando-se às incertezas do Governo quanto a viabilidade da continuação do programa. As políticas governamentais concentram-se no combate à inflação, o que obviamente leva à redução de preços de uma série de produtos dentre os quais os insumos energéticos. Isto desencadeia outros fatores como a redução de financiamentos públicos para que o setor pudesse se expandir.

Houve um desestímulo tanto para a expansão quanto para a renovação dos canaviais. No ano de 1989 numa situação de valorização dos preços do açúcar no mercado mundial, os produtores (sobretudo os que tinham usinas e destilarias) começam a desviar a matéria-prima da produção de álcool para fabricar açúcar, com vistas à exportação. Assim, no final de 1989 ocorreu um choque do álcool, levando a formação de enormes filas nos postos de abastecimento em todas as cidades brasileiras. Sob tal situação no final da década de 80 o país se vê obrigado a importar metanol para abastecer a frota de veículos, assim como adicionar 5% de gasolina ao álcool carburante, (CORRÊA DE ANDRADE, 2006).

As modernas empresas produtoras de açúcar e álcool de Mato Grosso foram estabelecidas após os anos oitenta do século XX. As principais unidades produtoras de açúcar e álcool são a Barraalcool, Itamarati, Cooprodia, Cooperb, Libra, Jaciara II, Coprocami, além da Confresa e Coprocami que faliram. Todas financiadas pelo Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL).

A Usina de Açúcar de Jaciara, contou primeiramente com uma usina anexa de destilação de álcool e instalada em 1979. Posteriormente, incorporou o projeto da COOPERJAC que passou em 1982 a ser a Usina Jaciara II recebeu o mesmo financiamento.

A produção de açúcar em Mato Grosso, decorrente da complementação da Usinas de álcool foi iniciada na década de 1990, como anexas às destilarias de álcool, financiadas pelo PROALCOOL, na década anterior. No caso da Usina Jaciara

I, suas atividades haviam sido a produção de açúcar que naquele momento era o produto de maior relevância econômica. Nesse caso tenta-se esclarecer a importância da cana de açúcar dentro do complexo sucroalcooleiro e dos aspectos econômicos.

A cana de açúcar certamente é a matéria prima com maior diversificação de produtos dentre aqueles produtos da agricultura, na agroindústria integrada ou mesmo no agronegócio como se convencionou chamar a atividade rural moderna.

Nesse sentido, a complementaridade financeira proporcionada pela grande quantidade de produtos de cana de açúcar dá a esse produto uma relativa estabilidade econômica, nem sempre mantida pela produtividade e competitividade esperada, mas pela possibilidade de novos produtos. Mesmo assim mantém-se como produto importante da economia como um todo considerando os aspectos sociais do processo agroindustrial. Dessa forma a tríade de elementos que podem ser considerados geradores de energia para a produção industrial do setor sucroalcooleiro como de outras cadeias produtivas derivadas da cana de açúcar. Desse modo, genericamente tratados como cogeração de energia a partir do bagaço estão a produção de eletricidade, calor e vapor; na produção de alimentos- açúcares e méis- e na recuperação do solo- a palha e o vinhoto-, criando uma sustentabilidade importante.

Outro produto é o álcool, cuja tecnologia disponível, torna-o um dos principais combustíveis renováveis em uso no Brasil. Nesse aspecto é um importante substituto da gasolina de petróleo, com grandes vantagens sobre o produto concorrente, reduzindo a poluição em maior grau nas grandes cidades, aonde vem sendo misturado à gasolina. O álcool tipo anidro (etanol) caracteriza-se como combustível alternativo e complementar à gasolina.

A produção de açúcar em Mato Grosso tem apresentado como característica geral alguns aspectos cíclicos relacionados com o Estado e sua intervenção, com o qual apresentou uma relação conflituosa desde o século XIX.

A intervenção estatal no primeiro ciclo da produção de açúcar com incentivos do PROALCOOL no Estado parece estar relacionada à tentativa de um maior controle político estatal em detrimento do poderio de oligarquias produtoras (considerando-se as tropelias do começo do século XX, realizadas por coronéis e capitães da Guarda Nacional, especialmente nos episódios que envolvem a família

Paes de Barros em Santo Antônio do Rio Abaixo). Outro aspecto associa aspectos institucionais relativos aos financiamentos e estímulos governamentais para a produção do produto.

O segundo ciclo apresenta-se na intervenção gerada pelo investimento governamental realizado na Usina Jaciara, destinada à produção de açúcar, como forma de geração de emprego e renda, agregando valor as terras do Vale do São Lourenço no projeto da Fundação Brasil Central que instalou outra unidade em Santa Helena, ambas transferidas ao Grupo Naoum. Porém, considerando a pequena demanda regional pelo produto e a tecnologia superada das antigas usinas, instaladas no final do século XIX, ocorreu uma forte decadência e desaparecimento daquelas unidades ao longo do rio Cuiabá.

O terceiro ciclo, deriva do PROALCOOL e a quebra do regime desde cotas implantadas desde o governo Vargas. Nessa perspectiva, esse programa permitiu a instalação no estado de destilarias de álcool com vistas ao atendimento do mercado de combustíveis. Com a crise do início dos anos 1970, foram anexadas usinas de açúcar à maioria daquelas unidades produtivas. Atualmente as usinas Maravilha e Itaiçi, estão abandonadas, (MARTA, 2013).

As destilarias de álcool de Mato Grosso apresentaram dificuldades no início da década de noventa em função das demoradas manobras da Petrobrás em relação ao estoque. Isso retardava e inviabilizava a safra seguinte. Dessa forma o processo de abastecimento de álcool foi afetado trazendo como consequência a insegurança dos consumidores que deixaram de comprar carros a álcool. Num processo anti-crise o governo quebrou o regime de cotas até então estabelecido e permitiu a anexação das usinas de açúcar às destilarias de álcool.

Os empresários e investidores do setor procuraram obter uma maior eficiência dos investimentos. Em geral, essas empresas, se constituíram como Cooperativas ou Associação de Empresários com o objetivo de conseguir financiamento até 100% dos investimentos para a implantação do empreendimento. Para tanto, o Proálcool disponibilizava até 90% dos recursos e o diferencial era financiado pelo Banco do Brasil, considerando a característica da empresa: cooperativa ou associação.

Todavia, nos anos noventa deu-se a crise do álcool. Essa crise apresentou duas naturezas: o “desinteresse” da Petrobrás na comercialização do álcool, associado à queda na venda de veículos a álcool, proporcionado pelas empresas

montadoras e pelo receio dos usuários em relação à oferta de combustível. Outro aspecto a ser considerado nessa crise, era o preço do açúcar que no final dos anos oitenta alcançara valores no mercado internacional em patamares acima das possibilidades oferecidas pelo álcool, desestimulando-se desta maneira a produção do álcool carburante, levando ao aumento na produção do açúcar destinado ao mercado internacional.

As usinas iniciaram um processo de produção de açúcares destinando sua produção para o mercado local, regional, nacional e internacional.

2.6 O PROÁLCOOL no município de Jaciara

Vale lembrar que todas as usinas do Estado “nasceram” em função do programa Proálcool, inclusive a Usina Jaciara II, que foi transferida ao grupo Naoun depois de sua organização cooperativa e que “nasceu” neste contexto. A forma cooperativa, quando do Programa Nacional do Álcool era uma condição que facilitava o financiamento e as exigências do Programa.

Desse modo, a usina, seria uma empresa comercial, fundada como cooperativa, de maneira a fazer a implantação com juros subsidiados tendo financiado 90% do empreendimento pelo PROALCOOL e 10% por ser cooperativa. Ou seja, havia financiamento de 100%, com garantias do próprio empreendimento, além da garantia de mercado do álcool produzido, comprado pela Petrobrás.

A empresa chamada COOPERJAC (Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana de Jaciara Ltda.) foi fundada na década de 80, na antiga Gleba “Mestre”, na margem esquerda da BR 364, no sentido Jaciara/Cuiabá. Estava a uma distância de 36 km da sede do município. Constituída inicialmente por um grupo de 25 proprietários de imóveis rurais assentados na Gleba e vizinhanças, sob a presidência de Sidney Silveira Feijó.

As terras eram usadas pelos proprietários, sobretudo, aquelas desocupadas ou sem produção e se prestavam, em geral, como garantia complementar dos empréstimos rurais. Com a implantação da Usina, parte daquelas terras passou a ser cultivadas com cana de açúcar. Com o tempo, a ser arrendada, quando ocorreu a crise na Usina, sendo utilizadas no plantio da soja.

A COOPERJAC como a Usina Jaciara era obra de um projeto de governo. Estava apoiada por incentivos do Governo Federal para a produção de álcool

carburante nos moldes do programa PROÁLCOOL, apoiado em Mato Grosso pela Secretaria de Indústria e Comércio e Turismo que promovia as reuniões de adesão e compunha os grupos, provocando a decisão para se implantar a unidade produtora de álcool. As condições de financiamento do programa eram muito favoráveis e proporcionavam crédito de até 100% dos investimentos, a juros reduzidos, com longo prazo de pagamento.

A cooperativa em questão aproveitando as facilidades de financiamento e vislumbrando as boas perspectivas para a atividade alcooleira, recebeu os incentivos. Para tanto, elaborou o projeto para a instalação de uma destilaria na Fazenda “Santa Fé”, área de 70 hectares, destacada na gleba mencionada e dividida entre diversos proprietários.

O projeto apresentado ao Banco do Brasil, agência de Jaciara (MT), destinava-se ao custeio das obras civis, aquisição de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, pagamento da mão de obra de instalação e montagem, e aquisição de caminhões que fariam o transporte entre a lavoura e a Usina.

A cana de açúcar tinha no Estado uma longa história. Embora apresentasse oscilações, não se pode ignorar que aqueles cultivos, destinados a produção de açúcar e aguardente, e naquela oportunidade álcool, cultura sempre esteve presente na economia de Mato Grosso. A partir do advento do Proálcool, assistia-se nos Estados do Centro-Oeste uma considerável expansão canavieira. Mato Grosso entre os Estados da região foi aquele que mais obteve recursos do Proálcool, com 3,2%, o que justifica o grande número de destilarias abertas nesse período, em torno de dez.

Cabe salientar que comparando os dados do início da década de 1980:

[...] verifica-se que Goiás detinha 0,25% da produção canavieira do país, Mato Grosso, 0,24%, e em Mato Grosso do Sul, 0%. Em meados da década de 1980 (dados da safra 1985-1986), Goiás passou a deter 1,9% da produção canavieira, Mato Grosso, 0,6%, e Mato Grosso do Sul, 1,4%. No início da década de 1990 (dados da safra 1990-1991), Goiás manteve 1,9%, Mato Grosso passou a deter 1,5% e Mato Grosso do Sul atingiu 1,8% da produção canavieira nacional” (SHIKIDA, 2013, p.127).

Diante do exposto, vale destacar que do período referido acima o ano de 2010, a produção da indústria açucareira no Estado passou a ter oscilações. Os motivos são inúmeros e perpassam não só as usinas do Estado, com consequências no âmbito municipal, no caso das usinas Jaciara e Pantanal, nosso objeto de estudo.

É importante discutir alguns argumentos utilizados para a expansão da cultura de cana-de-açúcar no Centro-Oeste, para tal, consideram-se os seguintes itens:

- Boom da agroindústria canavieira motivado pelo contexto de busca por maior segurança alimentar; segurança energética sustentável.
- Saturação de áreas e conseqüente elevação dos custos da terra em regiões tradicionalmente produtoras, particularmente em São Paulo.
- Topografia favorável (áreas planas com pouca declividade), o que estimula o uso da mecanização.
- Existência de grandes extensões de terra, pois as agroindústrias canavieiras priorizam a expansão em unidades produtivas que detenham áreas contínuas, de forma a maximizar as operações agrônômicas e de colheita.
- Embora a produção sucroalcooleira regional esteja pautada um pouco mais no açúcar do que no etanol, essa distribuição possibilita uma diversificação entre esses dois subprodutos, de modo a amenizar uma possível crise que uma ou outra *commodity*, venha a ter.
- Perspectivas de melhorias na infraestrutura logística, haja vista a viabilidade de implantação de um alcoolduto que ligue cidades do Centro-Oeste com terminais do Sudeste, facilitando o escoamento da produção e constituindo uma via para exportação do etanol, (SHIKIDA, 2013, p.135/136).

Estas análises não encerram os estudos sobre açúcar e álcool no Centro-Oeste, ao contrário há muito que se possa analisar sobre a indústria canavieira, a nível nacional, estadual e sobretudo municipal caso de Jaciara e suas usinas.

O governo brasileiro tem na economia da agroindústria canavieira uma longa história intervencionista, que só não predominou durante o Império e nos primeiros momentos do regime republicano. A experiência intervencionista teve início na década de 1930 (após a Revolução de 1930 o governo instaura uma política econômica intervencionista que tem seus reflexos na indústria do açúcar) com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Este instituto tinha por finalidade a regulamentação do mercado açucareiro do Brasil. O IAA tem uma longa história até sua implantação.

Os motivos que haviam levado à criação do Instituto têm ligação com os problemas enfrentados pela produção açucareira do Brasil que na década de 1920.

Internamente a utilização de métodos de cultivo e processamento rudimentares, haviam elevado os custos da produção agrícola e industrial. No cenário externo houve grande concorrência do açúcar, produzido fora do país, (no Caribe e, sobretudo, Cuba) cujos países produtores modernizaram seus parques produtores.

Como consequência dos problemas enfrentados para concorrer no mercado externo, a alternativa seria abastecer o mercado nacional. Ocorre que o mercado interno não conseguia absorver sozinha a produção resultando em grandes estoques de açúcar cujas consequências foram as oscilações e declínio dos preços do produto sucroalcooleiro.

Nesse contexto o Governo Federal pos em prática a política de “industrialização do álcool motor” ou CEAM (Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor). O programa pretendia dar um destino para a produção de açúcar e de cana.

Dessa forma como tentativa de “salvar” a indústria canavieira do país o governo para dar destino à produção de açúcar e cana como já citado acima cria a indústria do álcool, fomentando uma economia de divisas para o país, substituindo parte da gasolina importada que no momento estava em ascensão. Assim a indústria do álcool no Brasil foi uma complementação da produção de açúcar:

[...] por ser o álcool um subproduto da fabricação do açúcar (caso do álcool residual ou álcool de melaço). A partir da década de 30, no entanto, o álcool passou a ganhar nova importância deixando de constituir um simples subproduto, para tornar-se um fator de equilíbrio da agroindústria canavieira e da própria economia do país (SZMERECSÁNYI, 1979, p.170).

Até a década de 1930 o álcool produzido no Brasil era usado quase que unicamente ao consumo doméstico e nas indústrias químicas e farmacêuticas da época. Para que o álcool pudesse ser utilizado como combustível o mesmo deveria ser desidratado, transformado em anidro e livre de água com graduação superior a 99,5°. Para que tal projeto saísse do papel era preciso montar grandes destilarias com equipamentos modernos. Além disso haveria de se enfrentar a concorrência da gasolina pura no mercado interno. Tais metas não seriam alcançadas sem a direta intervenção do Estado.

O Decreto nº 19.717 de 20/02/1931 estabeleceu que a partir de 01/06/1931

[...] o pagamento dos direitos de importação da gasolina somente poderia ser efetuado depois de feita a prova de haver o importador adquirido, para adicionar à mesma o álcool de procedência nacional, na proporção mínima de 5% sobre a quantidade de gasolina que pretendesse despachar calculada em álcool a 100° (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 171).

O mesmo decreto obrigava automóveis de propriedade ou a serviço da União, Estados e Municípios a consumir combustível que contivesse minimamente 10% de álcool. O decreto ainda isentava de impostos e taxas de importação até a data de 31/03/1932, todo o material necessário para a montagem de usinas para a fabricação e redestilação de álcool anidro. No entanto, as medidas adotadas pelo decreto citado acima não surtiram efeito até a criação do IAA no ano de 1933. A falta de infraestrutura tecnológica foi um dos problemas enfrentados, além de poucos estímulos econômicos por parte do próprio governo.

Como os problemas com a indústria açucareira persistiram, o Governo Federal criou a CDPA (Comissão de Defesa da Produção de Açúcar) que também servia para aumentar o controle governamental sobre o setor. Os representantes da CDPA eram do governo federal e delegados dos principais Estados produtores. Cabia à Comissão entre outras medidas, melhorar os processos de fiscalização tanto da produção quanto da comercialização, além de intervir quando fosse necessário na exportação do produto para poder manter certo equilíbrio interno de oferta e procura. O Banco do Brasil daria o apoio financeiro. Através do Decreto nº 21.010 de 01/02/1932 foram regulamentadas as incumbências do CDPA, que também atribuiu à Comissão:

[...] verificar a capacidade de cada usina, em tempo normal máximo de 150 dias, para estabelecer o cômputo com que cada uma delas concorrerá no mercado em cada safra, providenciando [...] para que, em nenhuma hipótese, as respectivas produções ultrapassem os limites prefixados (SZMRECSÁNYI, 1979, p.174).

A CDPA então começa a adquirir os excedentes da produção. Parte da produção era exportada e parte estocada com o objetivo de ser colocado no mercado externo se os preços do Distrito Federal que na época era a atual cidade do Rio de Janeiro subissem acima de 45.000 por saca de 60 quilos de açúcar cristal. A Comissão teve um certo sucesso pois os preços do açúcar começaram a reagir

beneficiando os produtores onde a saca passou de \$ 38.00 em março de 1932 para \$ 40,500 em junho daquele mesmo ano, (SZMRECSÁNYI, 1979).

No entanto o Governo Federal não diminuiu sua atenção para a expansão e aperfeiçoamento da produção de álcool. Sob o Decreto nº 21.201 de 24/03/1932 o Ministério da Agricultura tinha carta branca para assinar contratos com entidades particulares para implantação de destilarias de álcool anidro, concedendo-lhes incentivos fiscais e tarifários. A referida Comissão tomou várias medidas, no entanto as mais importantes foram no sentido de contemplar açúcar e álcool ao mesmo tempo limitando a produção de açúcar no país ao mesmo tempo que criava novos incentivos para a produção do álcool anidro.

Tal limitação da produção de açúcar tinha a intenção de atenuar a superprodução do país além de estimular e dar suporte à produção de álcool para fins carburantes. Para acelerar a expansão e implantação do álcool carburante a CDPA destinou em 1933 dois mil e quatrocentos contos de réis para a montagem do parque alcooleiro. A verba deveria ser retirada do Fundo de Defesa da Produção de Açúcar que foi instituído a partir da arrecadação de \$ 3000 por saca que as usinas produziam. A referida taxa foi criada juntamente com o Decreto de criação da própria CDPA, um fundo revertido para a produção de álcool.

Porém diante das dificuldades do momento, tais medidas ainda não eram suficientes, a quantidade de açúcar produzida ainda era grande para o consumo interno acarretando uma superprodução. O governo na ânsia de resolver tal situação decide unir a CDPA com a CEAM além de acirrar a intervenção estatal na economia canavieira, economia está que muito interessava o governo.

No ano de 1933 o Governo Federal criou o Instituto do Açúcar e do Álcool através do Decreto nº 22. 789, de 01/06/1933 a intervenção estatal ocorreu a partir de então exercida por um órgão permanente. O Instituto tinha entre outras a responsabilidade dirigir, controlar e fomentar a produção de açúcar e álcool em todo país.

Ele passou a responder, não apenas pela soma das atribuições dos órgãos que o precederam, mas por muitas outras que lhe foram sendo acrescentadas com o passar do tempo. Foi, portanto, com o IAA que realmente teve início o processo de planejamento na agroindústria canavieira do Brasil (SZMRECSÁNYI, 1979, p.177/178).

Dentro desse contexto nacional, o caso da Usina Jaciara tem suas especificidades históricas..

2.7 A crise na Usina de Jaciara

A importância da Usina de Jaciara pode ser observado na reportagem:

Figura 4: Reportagem “Uma Usina na História”

EMPREENDIMENTOS

Uma usina de história



Horácio Mendonça Neto e sua esposa Maria Teresinha Rodrigues Mendonça

Mais do que simplesmente produzir açúcar e álcool, a USINA JACIARA faz parte da própria história do município assim como seu proprietário, HORÁCIO MENDONÇA NETO, um homem de fala pausada e gestos tranquilos, mas com muita clareza do mundo dos negócios e da realidade econômica brasileira na atualidade.

Horácio Neto chegou à Jaciara em 1972 vindo de Anápolis-GO, mas sua cidade natal fica em Minas Gerais e tem um nome no mifto poético: Abadia dos Dourados. Talvez a origem explique seu temperamento e seu gosto pela história. Ele mesmo nos dá um pequeno histórico da fabricação de açúcar e posteriormente de álcool no Mato Grosso.

- "O estado de Mato Grosso já foi um importante produtor de açúcar, com muitas usinas localizadas ao longo das margens dos rios, especialmente do Rio Cuiabá. Acontece

que a aparelhagem técnica desses produtores era bastante antiquada, não tendo eles a menor condição de competir principalmente com o açúcar de São Paulo. Com o passar dos anos as usinas matogrossenses foram fechando uma a uma e as quotas de produção acabaram sendo adquiridas pelos usineiros paulistas. Uma explicação: naqueles anos cada usina tinha uma quantidade limitada de produção e comercialização de açúcar e à medida que as do Mato Grosso iam fechando as de São Paulo compravam suas quotas. A única que sobrou foi a Usina Conceição que também não tinha capacidade tecnológica para obter uma boa produção. O Governo resolveu então transferir a quota da Conceição para Jaciara, visando não perder toda a experiência que já tinha. Foi então que surgiu a Usina Jaciara, naquela época operando com capital misto".

Essa época a que se refere o Sr. Horácio era o ano de 1963 e a primeira safra veio dois anos depois, em 65. Daí até o início da década de 70 a usina continuou sendo de capital misto até que o governo resolveu privatizá-la de vez. Então aparece a pessoa de Horácio Neto na história da Usina de Jaciara:

- "Eu trabalhava no Banco do Brasil há 19 anos e estava firmemente instalado em Anápolis. Foi então que o Banco enviou-me para cá a fim de tratar do leilão da usina. Nossa proposta acabou sendo aceita e a agência pediu que eu ficasse definitivamente aqui para gerenciar o novo investimento. Como eu recusei, eles me convenceram a ficar apenas um mês para acertar os detalhes. Passou esse primeiro mês, outros seis meses e hoje quase 20 anos desde que aqui cheguei, e daqui não pretendo sair tão cedo".

Apesar do sucesso da Usina, Horácio Neto acha que o setor não tem o incentivo que lhe é devido:

- "Praticamente todas as usinas do Brasil tem um prejuízo operacional de ano para ano, nós apenas conseguimos apurar um lucro inflacionário que não é suficiente para aplicarmos na modernização dos equipamentos, modernização essa que se faz necessária se quisermos aumentar a produção. Esse não é o caso da Usina Jaciara, uma vez que nossa atual produção está de acordo com nossas expectativas, embora não seja suficiente para atender a demanda do estado de Mato Grosso. Entretanto, acredito que entre 30 e 40% da atividade comercial de Jaciara depende da Usina, além é claro da mão-de-obra que empregamos na safra e entre-safra. Vamos portanto continuar com nossos 10.000 hectares de terra própria mais os cerca de 3.000 de terceiros plantadas com cana, não planejando nenhum investimento a curto prazo.

Mas, ainda tenho esperança que o governo Collor aceite em suas tentativas de consertar a economia brasileira, mas enquanto isso não acontece, vamos tocando o barco da melhor maneira possível. Mas você sabe: o agricultor é um eterno sonhador. Ele sempre pensa que se a safra não foi boa esse ano, no ano que vem será melhor. E se no próximo também não deu, no outro vai dar, e por aí vai. Tenho certeza que um dia as coisas vão melhorar. mas chuva ou faça sol a Usina Jaciara continua firme e forte. E olhe que lá se vão quase trinta anos".



USINA DE JACIARA S.A.
Açúcar e Alcool
Faz. Vale Formoso - Cx. Postal 45 - fones: 461.1672 - 461.1583 - Jaciara - MT

FONTE: Revista Stillo. MP4 Promoções e Publicidade, 1991, p.48.

A reportagem da Revista Stillo (1991) intitulada “*Uma Usina na História*” demonstra a importância da Usina de Jaciara para o município. Uma importância que é expressa, não apenas nos dados econômicos, mas como parte fundamental da história da cidade, conforme que traz a seguinte narrativa:

“Mais do que simplesmente produzir açúcar, a USINA JACIARA faz parte da própria história do município assim como seu proprietário, HORÁCIO MENDONÇA NETO, um homem de fala pausada e gestos tranquilos, mas com muita clareza do mundo dos negócios e da realidade econômica brasileira” (Reportagem Revista Stillo, 1991, p.48).

A reportagem atrela a história da Usina de Jaciara junto à trajetória pessoal proprietário, dentro de uma perspectiva e lógica atual de “empreendedorismo”, onde o investidor assume riscos e ousa. Também encontra-se a percepção e a narrativa do próprio Horácio Mendonça Neto como o legítimo portador do conhecimento sobre a história da Usina, e por consequência, do município de Jaciara. O proprietário afirma, por exemplo que:

“Eu trabalhava no Banco do Brasil há 19 anos e estava firmemente instalado em Anápolis. Foi então que o Banco enviou-me para cá a fim de tratar do leilão da usina. Nossa proposta acabou sendo aceita e a agência pediu que eu ficasse definitivamente aqui para gerenciar o novo investimento” (Horácio Mendonça Filho. In: Reportagem Revista Stillo, 1991, p.48).

Em outra parte da reportagem o proprietário relata sobre a situação financeira de usinas de açúcar, onde tenta evidenciar que o “prejuízo operacional” seria um problema de todo o setor:

“Praticamente todas as usinas do Brasil tem um prejuízo operacional de ano para ano, nós apenas conseguimos apurar um lucro inflacionário que não é suficiente para aplicarmos na modernização dos equipamentos, modernização essa que é necessária se quisermos aumentar a produção” (Horácio Mendonça Filho. In: Reportagem Revista Stillo, 1991, p.48).

Esse relato apresentado na citada reportagem demonstra que a situação financeira da Usina de Jaciara nos anos 1990 não era satisfatória, do ponto de vista empresarial de geração de lucros.

Em 2014 durante uma entrevista realizada com o gerente geral da Usina Jaciara a temática da crise surgiu entre os relatos, e ao ser questionado especificamente sobre a crise, Fausto, o gerente da usina responde:

“Sim, não tenho problema nenhum em falar sobre isso, até porque não é algo exclusivo do grupo Naoum ou das usinas aqui de Santa Helena, Jaciara e Pantanal, é o que atingiu o setor, pra você ter uma idéia esse ano 2013 consta que tem pelo menos de 20 a 30 usinas que não estão operando no Brasil inteiro, que operavam ano passado e esse ano não estão operando devido à crise de mercado” (Fausto Valentino da Silva, Gerente da Usina⁴⁰).

Portanto, mais de duas décadas depois, o argumento permanece e atrela a crise ao contexto geral, uma “crise de mercado” motivado pelo Governo Federal:

“Muito bem! Hoje o problema nosso chama-se Petrobrás! Problema é o governo federal, porque isso? Porque você sabe que o governo é que detém o preço dos combustíveis por exemplo de gasolina no Brasil. Então o Governo Federal, ele já nos últimos... vamos colocar 5 anos, ele vem meio que sacrificando a Petrobrás em relação ao preço do barril de petróleo no mercado internacional e o Brasil apesar dele ter o Pré-sal e ser um bom produtor de petróleo ele não é autossuficiente, ele acaba tendo que importar petróleo. Então veja o que acontece: o Brasil importa petróleo, vamos colocar a preços... de 100 reais, 100 dólares o barril porém aqui dentro ele vende a gasolina da qual ele compra esse petróleo, ele vende, por exemplo, o barril a 70. Quer dizer ele assume o prejuízo para tentar segurar a inflação, porque ele acredita se ele aumentar a gasolina, o combustível né, o diesel se ele repor pro mercado interno o preço que ele paga no petróleo, ele vai causar a elevação da inflação. Por que? Porque tudo no Brasil é transportado através de transporte rodoviário, o transporte aquaviário é muito pequeno então isso que nós temos aqui, nós temos muito mais estradas, então caminhão, você vê a 364 tá impossível de andar então se o governo aumenta 1 real lá no preço do diesel o que acontece? Aumenta o preço do frete, aumenta o preço da mercadoria na prateleira, aumenta a inflação então o governo ele acredita, lógico nas contas dele lá que é melhor ele quebra a Petrobrás do que repassar esse valor, que algo assim muito danoso para a economia do país, porque você está pagando, notou isso? Você está assumindo um prejuízo na realidade quem paga esse prejuízo somos todos nós contribuintes, acaba saindo do nosso bolso, veja o que acontece, quando o governo ele limita o preço da gasolina, a gasolina ela tem

⁴⁰ Entrevista com Fausto Valentino da Silva (Gerente de Usina), realizada em 28/04/2014.

um valor, valor dela vamos colocar que é 2 reais, por exemplo, o preço da gasolina no posto, muito bem, a que preço que vai vender o álcool, o álcool ele proporcional à gasolina ele tem que ser pelo menos 30% a menos do valor da gasolina, então se ela é vendida a 30% menos que isso, isso naturalmente o brasileiro vai fazer, o Brasil ainda não chegou num ponto de evolução natural, uma pena, quem sabe um dia, de pensar assim: ah, vou no posto, primeira coisa que ele faz é usar o bolso dele, é isso que o brasileiro faz, ele não pensa assim, mesmo que no meu bolso eu vou pagar o álcool mais caro mas pelo menos eu vou fazer a minha parte pra evitar a poluição do meio ambiente, não ele não pensa assim. Ele não quer nem saber, ele pensa logicamente no bolso dele. O certo seria o que a pessoa ter a consciência de que não “pêra aí” eu vou abastecer...” (Fausto Valentino da Silva⁴¹, Gerente da Usina).

Essa argumentação de colocar o Governo Federal como o culpado das crises ou dificuldades financeiras do setor supra açucareiro pode ser observado ao longo da história, conforme tratado anteriormente. Sendo o regulador das normas técnicas e do mercado através da regulação de preços, os empresários e gerentes da Usina de Jaciara identificam ali a causa das crises que a levou a seguinte situação relatada:

“Então essa foi a realidade dos motivos que a empresa entrou em Recuperação Judicial, depois entrou em falência e aí reverteu-se a falência e agora estamos em Recuperação Judicial, hoje eu posso te afirmar que os salários estão em dia dos funcionários, graças a Deus, fornecedor de cana, parceiros agrícolas são esse arrendatários, transporte de cana, prestador de serviços de uma forma geral, o pessoal da cidade estão com os seus salários e serviços plenamente em dia, o que falta pagar, lógico é o valor do ano passado que está na Recuperação Judicial que tem um plano no qual será processado agora se aprova ou não ou se tem uma contra proposta, entendeu, mas o do ano, a operação estão pagando plenamente, e agora o juiz tendo em vista a preocupação dos funcionários com a entressafra, decretou que desde o dia 16 de outubro agora, 20% da produção de açúcar deverá ser bloqueada devendo ficar reservada pra ser vendida na entressafra em janeiro, fevereiro, março, abril pra garantir o salário desses funcionários efetivos, então está sendo encaminhado pra que dê tudo certo” (Fausto Valentino da Silva, Gerente da Usina)⁴².

⁴¹ Entrevista com Fausto Valentino da Silva (Gerente de Usina), realizada em 28/04/2014.

⁴² Entrevista com Fausto Valentino da Silva (Gerente de Usina), realizada em 28/04/2014.

Uma situação financeira que refletia diretamente no pagamento de seus trabalhadores:

“Então a usina pediu essa recuperação em novembro de 2008 até 2010 o plano foi aprovado, 2010 começou a pagar todo mundo, certinho, 2011 também começou a pagar normal, em 2012 teve uma nova administração, e o pessoal entendia, começava a pagar banco também em 2012, o pessoal entendia que os bancos poderiam ser pagos mais adiante porque só os 2 anos de carência não foi suficiente, então tem que pagar o banco, não, paguei o fornecedor de cana o parceiro agrícola o produtor rural, o fornecedor pequeno da cidade, a padaria, todo mundo que fornece pra empresa, só que 2012 eu vou pagar banco, mas “perai” eu não tenho recurso suficiente pra investir na empresa e pagar o banco, vamos tentar renegociar só que os bancos não aceitaram e pediram a falência da empresa” (Fausto Valentino da Silva, Gerente da Usina).

Toda essa situação enfrentada pela Usina de Jaciara de crise financeira teve reflexos sobre a percepção da população do município sobre a situação econômica e as perspectivas de futuro. Portanto, a Usina de Jaciara representa o presente e com um futuro incerto, cedendo lugar para o tempo do futuro no qual o turismo que explora as belezas naturais do município, e da agricultura moderna com a produção de soja, milho e leite.

Essas expectativas do tempo futuro serão tratadas no próximo capítulo.

3 O TEMPO DA MODERNIZAÇÃO: Turismo e Agricultura Moderna no horizonte de expectativa do tempo futuro

3.1 Introdução

A situação pré-falimentar da Usina Jaciara fez com que a população de Jaciara e região passassem a problematizar qual seria o futuro do município em termos de atividades econômicas.

Os dados econômicos do município apontam as tendências da participação de diferentes setores da economia: comércio, serviços, indústria e a agropecuária ao longo das décadas de 2000 a 2010.

QUADRO 1: **Participação Setorial do município de Jaciara (2000-2010)**

| | 2001 | 2003 | 2005 | 2007 | 2009 | 2010 |
|--------------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|
| COMERCIO | 46,87 | 44,08 | 40,25 | 41,22 | 49,39 | 52,07 |
| INDUSTRIA | 15,54 | 15,50 | 17,88 | 17,16 | 14,34 | 16,54 |
| AGROPECUARIA | 27,36 | 31,29 | 34,64 | 29,47 | 31,21 | 27,05 |
| GOVERNO | 10,22 | 09,13 | 08,22 | 06,18 | 05,06 | 04,34 |
| SOMA | 100,0 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

FONTE: IPEADATA (2000 a 2010). Valores ajustados.

Através dos dados compilados no quadro acima é possível identificar que a participação gerada nas atividades governamentais do município ao longo do período apresentou redução considerando a secessão do Município de São Pedro da Cipa. Os outros setores apresentaram oscilações, com tendência ao crescimento. Tais oscilações, especialmente na agropecuária, se explicam em função de crise conjunturais (preços ou variação do dólar).

Portanto, comércio, aqui representando o setor comércio e serviços, lidera a participação nos setores da economia do município, tendo o maior crescimento no período. Tal movimentação decorre da modernização do campo que passou a utilizar insumos, comercializados pelas empresas comerciais e serviços diversos, como informática, telefonia, máquinas e equipamentos etc..

No entanto, para além dos dados econômicos, existe uma expectativa por parte da população que diz respeito outros serviços, como o turismo que está dentro de uma concepção de “horizonte de expectativa”.

Assim, como existente no município belezas naturais e sítios arqueológicos, criou-se a percepção de ser uma “cidade turística” o que possibilitaria o

desenvolvimento dessa nova atividade para Jaciara como atividade econômica alternativa à usina e ao agronegócio.

3.2 O Turismo como horizonte de expectativa

O turismo no município de Jaciara tem como foco a exploração dos potenciais naturais e sítios arqueológicos o que a caracteriza na categoria de Turismo de Natureza.

Na chamada Gruta das Perdidas há paredões de pinturas rupestres datadas de períodos entre 3.620 a 4.610 anos. Foram descobertas em 1984, pelos arqueólogos franceses Denis Vialou e Agueda Vilhena Vialou.

Figura 5: Reportagem sobre o Vale das Perdidas e sítio arqueológico



FONTE: Município de Mato Grosso. Projeto Memória da Fundação Júlio Campos, S/D.

Na reportagem é possível visualizar algumas imagens das figuras rupestres encontradas no Vale das Perdidas pelos Vialou. Posteriormente, Agueda Vialou (2001) realizou estudos através de “[...] *análises comparativas com outras áreas rupestres do Brasil e em particular no Planalto Central*”, destacando a importância da valorização desses locais, uma vez que “[...] *pertencem ao simbolismo mais simples como deixam antever certos sinais e convenções de representação animal*” (p.68). A autora indica que no sítio arqueológico localizado no “[...] *norte do Pantanal, a área de Taiamã, relativamente perto de Jaciara [...], ao longo da Chapada dos Guimarães*” (p.69) parte desse acervo natural está disponível para visita, (VIALOU, 2001).

Esse apelo para a importância de sítios arqueológicos, existente em Jaciara, representa o espaço que permite associar à propagandas sobre os pontos turísticos da cidade de Jaciara e atrações além de outros aspectos que podem interessar a curiosos, admiradores e estudiosos que se tornam turistas do município.

Além disso, o clima da cidade, mais ameno, se comparado com o de outras e regiões do Estado de Mato Grosso, permite contemplar as belezas naturais da região com tranquilidade de quem busca lazer que pode ser oferecido por atividades nas trilhas, corredeiras, cachoeiras e grandes grinaldas d'água do município.

Outro importante atrativo divulgado são as belezas naturais e atividades esportivas radicais que podem ser realizadas em alguns lugares do município. Existe uma significativa variedade hídrica em Jaciara em virtude de sua altitude e relevo que resulta em rios com corredeiras e quedas d'águas.

A cidade é banhada pelo Rio Tenente Amaral, um afluente do Rio São Lourenço, que anteriormente era mais utilizado para atividades de lazer, mas que atualmente está poluído e teve grande parte dele incorporado ao município de São Pedro da Cipa. Apesar disso, a bacia do rio São Lourenço continua sendo utilizado para atividades como *rafting*⁴³, canoagem e outros esportes radicais.

Nos saltos e quedas d'água dos rios que atravessam o município são realizadas práticas de esportes e lazer, como canoagem e saltos orientados. Na Cachoeira da Fumaça, um salto d'água com mais de 30 metros de altura, conhecido por ser parte de um cenário de natureza exuberante é bastante visitado.

⁴³ O *rafting* é uma prática de canoagem em corredeiras, em equipe, utilizando botes infláveis e equipamentos de segurança. (LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008 e Decreto 7381-2010, que regulamenta a lei geral do turismo).

As trilhas, atividade para a prática esportiva e programas de capacitação de mão-de-obra para acompanhar turistas em esportes radicais, vem ocorrendo nos rios e caminhos que fazem parte das áreas consideradas como pontos turísticos do município.

Para dar suporte às atividades, o setor de turismo conta com um pequeno número de estabelecimentos destinados a ele: 10 hotéis, 1 pousada, 5 balneários. Há, 3 empresas para a prática de *rafting* e rapel. Existem ainda 7 restaurantes. Portanto, pode-se garantir um mínimo de infraestrutura do setor.

Nessa perspectiva destaca-se que a realização de atividades turísticas de aventura e de lazer aquático que para ampliá-lo demandam mais investimentos para sua efetivação nos espaços existentes e em outros locais.

Existe um discurso na cidade que o setor de turismo necessita de investimentos e projetos de ação conjunta entre as iniciativas públicas e privadas no sentido de auxiliar o turismo local. A crítica relacionada à falta de investimentos pode ser percebidas por meio de relatos de moradores da cidade envolvidos com as atividades, como a guia de turismo Nélida Gléria Maneiro Rodrigues:

“Ainda não caiu a ficha das autoridades da importância do turismo na economia do município, falta estrutura nos pontos turísticos, temos muito potencial, mas sem estrutura na cidade, falta qualificação nos serviços turísticos e envolvimento da população. No setor público por exemplo, secretários não deveriam ser nomeados por políticos, pois deveriam ser cargos técnicos” (Nélida G.M. Rodrigues, Guia de Turismo, 2015)⁴⁴.

A crítica relacionada a falta de interesse quanto às potencialidades do turismo são direcionadas sobretudo para as autoridades municipais. Cobra-se à existência de funções como secretário de turismo a ser ocupado por técnicos e profissionais do setor demonstram com preocupação com projetos de médio e longo prazo para o município.

A expectativa gerada sobre o turismo é significativa, uma vez que se estabeleceu uma argumentação que liga o setor com o objetivo de gerar emprego e renda para os moradores de Jaciara.

⁴⁴ Entrevista com Nélida Glória Maneiro Rodrigues (Guia de Turismo), realizada em 21/01/2015 às 16 h em sua residência.

“[...] o turismo beneficia desde o plantador de batatas até o vendedor ambulante, pois é uma cadeia que gera lucros, a rede de hotéis se beneficiaria, os restaurantes, o comércio, enfim, com a vinda de turistas para a cidade” (Nélida G.M. Rodrigues, Guia de Turismo, 2015).⁴⁵

Na percepção da população do município, sobretudo aquela ligada ao setor do turismo, as ações que aconteceriam no turismo na cidade poderiam ter êxito e teriam efeitos para todos os demais setores terem ganhos e melhorias econômicas, sociais, culturais e ambientais de todo o município, considerando a conservação dos recursos e seu adequado manejo com oferta de empregos e renda com uso adequado do meio ambiente.

No entanto, existem algumas questões que envolvem o turismo que são consideradas como problemas. Além do desinteresse do poder público municipal em investir no setor, existem fenômenos que envolvem a atividade que dificultam rendimento: a sazonalidade. Em entrevista concedida por uma empresária, (dona do maior hotel de Jaciara), se percebe que este fenômeno é constatado por aqueles que trabalham no turismo. Kelly V. Martelli afirma que “o movimento de seu estabelecimento comercial, um hotel, é sazonal”, ocorrendo o pico no período de dezembro a fevereiro e julho, período das férias escolares. Além dessa questão, a empresária aponta para o dilema relacionado ao turismo no município que tramita entre expectativas e dificuldades:

“[...] minha expectativa quanto ao turismo é que essa demanda aumente, principalmente agora com a duplicação da BR 364, enfim... O turismo no nosso município é muito mal visto, digamos assim, ele é mal... Não há recursos suficientes, não há pessoas técnicas no assunto, ele [gestor público municipal] não tem uma visão de turismo aqui no nosso município, então dificulta muito o trabalho do turismo em si. Porém a minha expectativa continua sendo das melhores” (Kelly de Villieger Martelli, Empresária, 2015).⁴⁶

Segundo a explicação da empresária, o que deixa o setor como “mal visto” são as atividades e eventos que ocorrem no município de Jaciara mal organizados, sem planejamento adequado e pouco divulgado. Essa situação se deve aos

⁴⁵ Entrevista com Nélida Glória Maneiro Rodrigues (Guia de Turismo), realizada em 21/01/2015 às 16 h em sua residência.

⁴⁶ Entrevista com Kelly De Vlieger Martelli, (Empresária), realizada em 11/02/2015 às 15 h no Taba Hotel.

gestores públicos que não tem capacitação técnica para atender às necessidades do setor.

Outro motivo do turismo ser “mal visto” é a falta de capacitação da mão-de-obra empregada no setor que deve ser devidamente treinada e qualificada, mas cujo entendimento é que são atividades que não necessitam de qualificação, e que os trabalhadores são considerados “*pessoas que gostam de andar no mato*”, sem entender a complexidade do trabalho de um guia turístico, por exemplo.

A renda e lucratividade que se gera na atividade do turismo é baixa e sua evolução lenta, mas vem se consolidando como uma alternativa econômica para Jaciara:

“Eu espero que o turismo alavanque essa cidade porque [...] tem potencial gigantesco. Porém, por enquanto, a gente não tem essa visão, mas espero que isso melhore e que isso venha a trazer bons frutos pra nós todos.” (Kelly De Villieger Martelli, Empresária).⁴⁷

Percebe-se, em outra e uma preocupação, anseio e expectativas sobre as potencialidades do turismo no município de Jaciara. E essa expectativa se deve ao fato do reconhecimento pelos especialistas em turismo considerando que se:

[...] envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades, excluindo o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor, o turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local, formando exportações intangíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociologia da comunidade (CAMPOS, 2010, p.18).

Apesar do pouco reconhecimento sobre os benefícios do setor, o turismo vem ocorrendo, sendo possível identificar no Vale do São Lourenço esse potencial expresso pelos balneários de águas quentes na cidade vizinha de Juscimeira. Ademais, os três biomas que se encontra em Mato Grosso (Amazônia, Cerrado e Pantanal) atraem turistas e fazem com que: O turismo se torne cada dia mais

[...] uma ferramenta estratégica para impulsionar o processo de desenvolvimento econômico e social do Estado de Mato Grosso. Dados dos Anuários Estatísticos [...] publicados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso, apresentam crescimento

⁴⁷ Entrevista com Kelly De Vlieger Martelli, (Empresária), realizada em 11/02/2015 às 15 h no Taba Hotel.

desta atividade. No ano de 2006 as atividades características do turismo (ACT) geraram para o estado uma [participação] percentual de mais de 60% de rendimento médio anual do total de rendimento do setor de serviços da economia (Anuário Estatístico, 2006). Em 2006 havia um número significativo de empresas ligadas diretamente ao turismo, como agências de turismo, empresas transportadoras, guias turísticos, entre outros (CAMPOS, 2010, p.20).

Por ter uma vegetação característica do Cerrado, Jaciara, apresenta flora extremamente diversificada onde abriga o berço das águas, no subsolo de onde brotam os rios cuja orientação forma as três das principais bacias hidrográficas do país: a bacia Platina, Amazônica e Tocantins.

Entretanto, considerando Mato Grosso, tem características cujas:

[...] paisagem agreste (permite) encontrar cavernas, montanhas, grutas, corredeiras, cachoeiras e muitas trilhas, ainda [...] sítios arqueológicos em Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste, Jaciara, Barra do Bugres, Poxoréo, Dom Aquino, Arenópolis e Nortelândia (CAMPOS, 2010 p.29).

Portanto, existe uma potencialidade turística do município de Jaciara e próximo dele, com amplas expectativas da população local para seu aproveitamento. Ou seja, como potencialidade pensada e pertencente ao tempo futuro. Paralelamente às expectativas sobre o tempo futuro do turismo em Jaciara, perduram nas expectativas do potencial do município em se manter como produtor agrícola moderno.

3.3 A Agricultura Moderna em Jaciara

As atividades econômicas ligadas à agricultura estiveram presentes ao longo da história do município de Jaciara, sobretudo a partir do tempo da Usina, quando o predomínio do cultivo da cana de açúcar era maior. No tempo presente, a modernização agrícola⁴⁸ e as expectativas de futuro revelam significativa atividade com o cultivo da soja associado ao cultivo de milho que se revelam nos dados oficiais:

⁴⁸ A agricultura moderna vem sendo praticada no município de Jaciara é resultado de um processo de modernização da agricultura que ocorreu sobretudo a partir da década de 1960 e 1970. O uso de insumos e tecnologia caracterizou a revolução na agricultura que possibilitou uma maior produtividade.

QUADRO 2: Participação dos produtos agrícolas na produção agrícola de Jaciara 2000-2008 (Em %)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| CANA | 29,17 | 27,83 | 39,7 | 26,25 | 26,3 | 27,8 | 65,5 | 43,99 | 36,59 |
| SOJA | 38,1 | 31,25 | 32,21 | 37,67 | 45,87 | 30,09 | 24,4 | 27,53 | 37,90 |
| ALGODÃO | 10,62 | 22,04 | 32,5 | 18,49 | 16,4 | 19,49 | 28,55 | 14,3 | 12,83 |
| MILHO | 08,77 | 6,31 | 07,62 | 17,52 | | 12,03 | 09,7 | 11,47 | 11,44 |

FONTE: IPEADATA (2000 a 2008).

O quadro 2 procura mostrar a participação de diferentes produtos agrícolas no município no período entre 2000 a 2008. Permite, com indicadores, avaliar a representação da cana de açúcar e a soja nesse conjunto. Desse modo, identifica-se a cana de açúcar como líder desse ranking associado à existência das Usinas produtoras de álcool e açúcar que dava dinâmica a essa atividade no Vale do rio São Lourenço. Entretanto ocorreram mudanças nessa atividade com consequência na sociedade local. O quadro 03 apresenta a quantidade produzida entre 2009 e 2012.

QUADRO 3: Produção Agrícola no município de Jaciara 2009-2013 (Qnte. Produzida).

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2012 |
|----------------|-----------|---------|---------|---------|---------|
| CANA DE AÇUCAR | 1.507.328 | 766.138 | 787.737 | 872.050 | 995.500 |
| SOJA | 99.000 | 90.720 | 102.648 | 108.150 | 114.000 |
| ALGODÃO | 7.875 | 15.227 | 25.353 | 33.050 | 23.446 |
| MILHO | 63.240 | 72.456 | 53.158 | 90.799 | 92.179 |

FONTE: IBGE

Assim, o dado físico indica que ocorreu crescimento de produtos como milho e soja, com oscilações na produção de cana de açúcar e algodão. O primeiro com decréscimo acentuado a partir de 2010 e o segundo com oscilação crescente em função dos preços. No entanto, a soja possui uma forte ligação com o processo de expansão da fronteira agrícola e a modernização produtiva que possui especificidades que precisam ser compreendidas.

As condições climáticas favoráveis ao cultivo e o mercado de oleaginosas, em meados de 1960, deram condições de a soja passar a ocupar o lugar de pastagens e cultivos tradicionais como feijão, milho e arroz no sul do país. O relatório da WWF “Avaliação de sustentabilidade: do crescimento do cultivo da soja para exportação no Brasil” de 2003, aponta que em 1980 mais de 80% da área plantada com soja ainda estava localizada nos Estados do sul.

Ao final dos anos 60, era difícil encontrar informações sobre a área cultivada, produção e produtividade de soja, até mesmo em censos agrícolas. A produção de soja começou a expandir nos anos 70, estimulada pelo aumento da demanda internacional. Em 1999, 48 dos 26 estados brasileiros já produziam soja. No século XX nenhuma outra commodity internacional obteve taxa de crescimento que se iguale à da soja no Brasil (D'Alembert Jaccoud et al, p.13, 2003).

Foi a partir das décadas de 1970 e 1980 que ocorre a expansão⁴⁹ da área de produção da soja para outras regiões como norte, nordeste e principalmente o centro oeste, com destaque para o Estado de Mato Grosso.

Na década de 1970 o governo brasileiro incentiva a produção pecuária de gado, suínos e aves, o que gera um mercado consumidor interno de matéria-prima para a alimentação destes animais. Paralelamente, ocorre o crescimento da demanda internacional pelo grão no período da entressafra americana (maior produtor de soja do mundo até então), o que possibilitou uma vantagem competitiva em relação aos outros países produtores e os preços atingem as maiores cotações, o que maximiza os interesses dos agricultores em investir e produzir a oleaginosa.

Os anos de 60 e 70 caracterizam-se pelo explosivo crescimento da oleaginosa no sul do Brasil, cuja área cultivada com soja tendeu a estabilizar-se nas décadas de 1980 e 1990, ao tempo que crescia nos cerrados do Brasil central: em 1970, apenas 2% da produção nacional era colhida no Centro-Oeste, passando para 20% em 1980, para 40% em 1990, e para 58% na safra 2001/2002” (EMBRAPA, 2002, p.01).

Na década de 1970 a expansão da cultura da soja no Estado de Mato Grosso, ocorria apenas na região sul. Na década de 1980, era possível utilizar o cerrado como área agrícola. Esse fato, ampliou a migração para o Centro-Oeste. Os pequenos conglomerados urbanos passaram a ter melhores condições de vida para seus moradores nas cidades onde havia baixa densidade populacional. Desde então, ocorreu avanço da cultura na região, transformando o Estado do Mato Grosso líder nacional de produção e produtividade da soja:

⁴⁹ A expansão se deve também ao fato que o cultivo da soja possibilita a fixação de nutrientes essenciais (como o nitrogênio), feita por bactérias naturais em seu desenvolvimento, que resultam numa “correção do solo” para o plantio de outras culturas como milho e feijão, o que representa redução de custos para o produtor na compra de adubos nitrogenados.

[...] apenas sete anos após sua introdução, a produção mato-grossense ultrapassou a 1 milhão de toneladas. Parece claro que esta estupenda evolução teve como aspecto fundamental o início do cultivo quando já se dispunha de cultivares e de sistema de cultivos adequados para as condições do estado. Isto, via de regra, não aconteceu com os demais estados. Há que se salientar, ainda, que a agricultura de Mato Grosso estava na dependência de uma única cultura – o arroz, fato que também propiciou a entrada da expansão da soja.” (EMBRAPA, 1987)

Faz parte da atividade agrícola a busca por corrigir a terra, adubar, semear, cuidar e colher buscando excelência na produção. A busca dos elementos da modernização do campo foi um dos pré-requisitos para o processo de migração dos agricultores do sul do país para o Estado de Mato Grosso.

[...] a expansão territorial e, portanto geográfica parece uma razão mais imediata e “natural” em função de uma possível aptidão de Mato Grosso para o plantio, em função das extensões territoriais e de custos baixos de implantação no cerrado (MARTA E FIGUEIREDO, 2006, p.02).

Em meados da década de 1970 a produção da soja estava mais localizada no atual Estado do Mato Grosso do Sul, que ainda não havia sido dividido. A região ao sul do Estado possuía clima e terras de natureza diferente daquelas mais ao norte do Estado. As outras culturas, como a cana-de-açúcar, que se adequavam melhor aos solos do Cerrado, em função de serem gramíneas, e atenderem praticamente aos incentivos do Proálcool, apesar das experiências anteriores na região às margens do rio Cuiabá:

No final dos anos 70 e início dos 80, havia uma crise instalada na atividade da abertura da fronteira agrícola. O arroz havia assumido então como cultura hegemônica e quase exclusiva como atividade comercial em Mato Grosso. Era entendida, pelo Governo Federal como cultura de abertura da fronteira agrícola e amansadora de terra, tendo, assim, incentivos compatíveis com esse tratamento. Ou seja, recebia a garantia de preços para proceder a esse processo (MARTA E FIGUEIREDO, 2006, p.09).

A migração dos agricultores do sul do país continuava como em períodos anteriores: incentivada pelas políticas do Governo Federal na Amazônia e Cerrado⁵⁰ da seguinte forma:

[...] vendiam suas terras e se instalam [...] em espaços bem maiores, sobretudo em duas regiões do estado destinadas à colonização. No Araguaia e no Médio Norte. Nessas regiões os colonos acompanhavam as BRS. No Araguaia a BR-158 e no Médio Norte a BR-163 (MARTA E FIGUEIREDO, 2006, p.10).

No Araguaia se organizavam em torno da cooperativa Canarana – que produzia arroz, armazenado a céu aberto, na espera de melhores preços, que tendiam a diminuir. Foi possibilitado aos agricultores encontrarem caminho para modificar a crise existente com os preços do arroz e da política do governo de preços mínimos, sendo uma alternativa de produção:

[...] deixava-se de plantar arroz por soja, ou seja, substituía-se o plantio da gramínea pela leguminosa, de maneira a recuperar o solo degradado e sem produtividade. Apresentava-se, entretanto, uma contradição: os agricultores estavam empobrecidos e descapitalizados para acatar a rotação de culturas e as novas técnicas de base tecnológicas eram intensivas em capital, cujo elemento essencial estava baseado na mecanização e na fertilização da terra (MARTA E FIGUEIREDO, 2006, p.10).

Esse cenário abriu perspectivas na atividade produtora de soja a montante e a jusante do processo produtivo. A montante ocorreu uma maior comercialização de máquinas e outros equipamentos específicos para a planta e a colheita da cultura. Houve também a incorporação de adubos e fertilizantes assim como inseticidas e fungicidas, tidos como defensivos agrícolas, Marta e Figueiredo (2006).

Outro produto que passa a fazer parte do conjunto dessas atividades é o calcário que tem a importante função de reduzir a acidez do solo. Assim, criavam-se novas oportunidade de negócios no Estado na atividade mineradora, fazendo com que houvesse uma maior viabilidade da ocupação de maiores extensões de terra, sobretudo no Cerrado que até então não eram terras impróprias para a agricultura por serem muito ácidas.

⁵⁰ Programas Prodecer II, Polocentro, Poloamazonia construía infraestrutura viária, de energia e comunicações de maneira a assentar colonos que eram estimulados pelo INCRA e Intermat que vendia terras para colonização ou para assentamento dos colonos.

A jusante diz respeito à industrialização que passou a ter incentivos fiscais, cujo discursos era a criação de empregos no Estado justificando a renúncia fiscal.

O grupo catarinense Sadia, em 1984, utilizando incentivos fiscais e financeiros, principalmente ofertados pelo Governo Federal, criava a Sadia Mato Grosso, na qual implantava uma indústria para o esmagamento de soja, onde se produziria desde o óleo degomado até a margarina, passando pelo óleo refinado e envasado. (MARTA E FIGUEIREDO, 2006 p. 10).

O projeto Sadia não parava por aí, pois além de produzir óleo de soja instalava um projeto de desenvolvimento rural, que visava a criação de pequenos animais (aves e suínos) utilizando o principal alimento: o farelo da soja. Assim, nos anos de 1980, o Estado fazia a transição da cultura do arroz para a cultura da soja. Isso requeria alterações no espaço regional, criando uma gama de atividades comerciais para produzir e agregar valor ao produto produzido.

3.4 A Soja no município de Jaciara

A introdução da cultura da soja em Jaciara, deu-se mais ou menos no ano de 1976, com a vinda de migrantes gaúchos para a região, que trouxeram as primeiras sacas de semente. A vinda desses pioneiros estava ligada à propaganda governamental de estímulo para a busca de terras chamadas “vazias” no Centro-Oeste, especificamente no Mato Grosso, conforme o relato abaixo:

“Bom, a gente veio pra cá motivado por que lá no Sul se falava[...] muito do Mato Grosso, que o Mato Grosso era o futuro, que o Mato Grosso tinha terra barata e, tinha financiamento bom, que a gente vivia de financiamento, que a gente não tinha recursos pra... que a gente tinha lá no sul nós tínhamos 400 ha, então éramos grande produtor lá com 400 ha e, se plantava soja e trigo e a gente sabia, aprendeu a mexer com máquina, trator, plantadeira, automotriz, essas coisas, aí a gente veio pra cá estimulado por isso aí e, veio olhar achou bom: compramos” (Norberto Schneider, Produtor Rural, 2014).⁵¹

Alguns anos antes, em 1973, alguns pioneiros vinham a Coxim, hoje Mato Grosso do Sul, interessados nas terras em função dos preços praticados e

⁵¹ Entrevista com **Norberto Schneider** (Produtor Rural), realizada em 21/10/2014 às 10 h, na Fazenda Minuano.

chegaram a Mato Grosso em 1976/77. Segundo os pioneiros, a primeira cultura a ser plantada foi o arroz, “cultura de abertura de área”. Essa razão estava relacionada a acidez do solo, e o arroz era chamado de “amansador de terras” pois fazia com que as ervas daninhas fossem reduzidas.

Outro fator motivador era o financiamento. Estimulando a abertura da fronteira agrícola e, portanto, ainda a colonização, a linha de crédito priorizava o arroz de sequeiro, diferente da experiência que tinham aqueles pioneiros com a produção de arroz irrigado. Mas o governo alegava necessidade de importar arroz e portanto utilizava aquele arroz para o abastecimento regional.

No entanto, ainda segundo o depoimento, “[...] *depois do terceiro ano de plantio do arroz, a erva daninha de folha estreita encobria a cultura*”, reduzindo a produção. Como o arroz é uma gramínea de folha estreita o herbicida combatia a gramínea mas também o arroz. Aí começa então os primeiros plantios da cultura da soja.

As primeiras safras não foram muito boas, com uma colheita em torno de 28 sacas por hectare. Esta produtividade estava dentro da média, pois, naquele momento não havia pesquisa governamental para aprimorar as sementes melhorando produtividade. O próprio relato demonstra que eles compraram sementes certificadas, resultantes de pesquisas provavelmente da EMBRAPA:

“[...] a gente começou plantando arroz, mas sempre com a cabeça na soja, e, até que a gente conseguiu variedade de soja essa IAC 2 eu consegui lá em Campo Grande, consegui 5 sacas e botei em cima da camioneta e trouxe pra cá e plantei aqui e aí a gente viu que essa variedade crescia mais e ela produzia mais ou menos o que se produzia lá no Sul que era na faixa de 30 sacas por hectare e ela produzia isso aqui, então a gente se sentiu estimulado a entrar devagarzinho (lentamente) na soja e também tem outras variedades que vieram mais tarde, uma outra variedade que produzia mais que a IAC 2, mas não crescia tanto então exigia uma limpeza muito boa do solo e principalmente áreas menores era a variedade UFV 1 Universidade Federal de Viçosa e, mais tarde ainda entrou a variedade CRISTALINA que veio lá de Cristalina no Distrito Federal que foi produzida por um japonês Francisco Terazava é o nome dele, um agricultor que trabalhava na EMBRAPA e que eu saiba é isso aí, não sei se é verdade e então a gente começou a multiplicar essa semente e aí essa semente foi plantada da pra se dizer em 70% do Mato Grosso era a Cristalina” (Norberto Schneider, Produtor Rural, 2014).⁵²

⁵² Entrevista com **Norberto Schneider** (Produtor Rural), realizada em 21/10/2014 às 10 h, na Fazenda Minuano.

Como consequência da introdução da cultura da soja no cenário econômico do município, novas tecnologias foram gradativamente adotadas, havendo assim um forte incremento da produção agrícola. O desenvolvimento da agricultura moderna possibilitou a abertura de empresas prestadoras de serviços como mecânica de tratores e colheitadeiras, empresas de produtos químicos e insumos agrícolas, empresas de venda de peças agrícolas, escola para filhos de produtores enfim, uma gama de produtos e serviços que inevitavelmente acabam por gerar renda ao município.

Essas empresas alteravam o perfil econômico do município, ampliando a atividade de serviços, incluindo educação e saúde que passavam a ser cada vez mais demandadas.

As novas tecnologias e o desenvolvimento das novas variedades de sementes adaptadas ao clima e solo dos cerrados tiveram participação de Governo Federal, através da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Juntamente com as pesquisas, foi executada uma política de preços mínimos (PGPM), e a prática de políticas de desenvolvimento regional, com a implantação de infraestrutura e concessão de incentivos fiscais, através SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e SUDECO (Superintendência de desenvolvimento do Centro Oeste) que haviam criado programas de modernização das atividades agrícolas (Polocentro, Prodecer, Polamazonia). No conjunto da política incluía-se abundante oferta de crédito, muitas vezes a juros insignificantes e negativos, como o PIN-PROTERRA. Toda essa gama de incentivos citados acima foi aproveitada pelos produtores da região, como incentivo à produção.

Jaciara não é um dos maiores municípios produtores de soja de Mato Grosso, mas consegue junto com a usina de açúcar e álcool ter uma participação significativa na economia local. Além disso, o município possui grandes chapadões adequados à mecanização, favorecendo o modelo da agricultura moderna, ou seja, o uso de plantadeiras, colhedadeiras.

Mais recentemente, outro fator motivador, para os produtores locais foi a abertura de um entreposto para transbordo da produção agrícola junto à ferrovia em Rondonópolis. Localizado a 75 Km de Jaciara, o entreposto, permite que a soja chegue ao terminal ferroviário, depois de transportada pela BR 364 de caminhão. De lá é transportada através da ferrovia até os portos de Paranaguá e Santos. Esse

fator permitiu superar um dos grandes problemas históricos enfrentados pelos produtores de soja não só de Jaciara, mas de Mato Grosso, considerando os custos e a logística.

3.5 A produção de milho no município de Jaciara

Ainda na perspectiva da adoção de tecnologia e a utilização de insumos, a produção de milho foi reintroduzida utilizando a técnica do plantio direto, associado à cultura da soja, gerando uma “safrinha” entre as colheitas da leguminosa. Esse processo se intensificou na safra do ano de 1995.

O milho veio para os agricultores de Jaciara como uma alternativa pois, fazia-se apenas uma safra durante o ano, com a cultura da soja. A prática adotada até então de deixar a terra limpa após a colheita da soja não era viável economicamente.

No ano de 1995, começaram os primeiros plantios do milho. Nesse período colhia-se a soja, mais tarde do que atualmente, então retirava-se a soja entre março e abril e imediatamente plantava-se o milho, também para aproveitar o período chuvoso.

As dificuldades enfrentadas pelos agricultores foram muitas, pois, com a colheita da soja tardia, o milho também tinha um ciclo mais tardio, não conseguindo assim se beneficiar do período das chuvas.

Com o tempo vieram novas pesquisas tornando o ciclo da soja mais curto, ciclos de 90/135 dias colhendo até no máximo no mês de março fazendo com que o milho conseguisse resultados positivos ainda com a chuva desse período:

“O plantio do milho então, iniciou-se mais ou menos em 1995, é porque? Pra não deixar a área sem produto em cima, um suporte na terra, na época se mexia toda a terra arando, passando pé de pato aí o sol muito quente não era conveniente, foram se pesquisando e se achando alternativas entrou nessa época também o plantio direto colhia-se a soja ficava a palha e ao invés de subsola(mexer o solo) já plantava a semente de milho só que a soja se colhia bem mais tarde o milho não produzia tanto como agora depois foram também entrou o plantio de milho seria uma segunda alternativa com um custo baixo uma segunda safra, seria possível fazer uma segunda safra aí foi entrando pesquisas e entrando cultivares de ciclo mais curto onde da soja e do milho também, aumentando assim a produção encurtando o ciclo da soja para 90/100 dias e aí adiantando o plantio do milho com ciclo mais curto uma produção bem mais atrativa, então termina a

colheita de soja aí entra o plantio de milho na mesma hora onde se consegue então no início era uma safrinha e hoje já é praticamente uma safra normal onde no início se colhia 40/50 sacas por hectare de milho safrinha hoje se colhe 120/130/150 ou até mais. (Ondina Inez Boton, produtora rural, 2015).⁵³

É importante enfatizar a importância da cultura do milho para o município, sendo mais um produto que gera emprego e renda para o mesmo considerando a hipótese de que Jaciara pode ter outras alternativas econômicas saindo do estado de letargia que é colocada como característica da cidade em vários momentos de sua história desde a colonização até os dias atuais como já foi referido ao longo deste trabalho.

Cabe lembrar que não apenas o município mas o Estado também se beneficia com a cultura do milho sendo que em 2007 foram colhidas 6,1 milhões de toneladas da cultura no Estado, o que equivale a uma participação de 11% da produção do país. Nas safras de 2003 a 2007, houve um considerável aumento na produção estimado em 14% onde os maiores municípios produtores eram: Sorriso, 755 mil toneladas, Lucas do Rio Verde, 709 mil toneladas, Nova Mutum 424 mil toneladas e Sapezal com 402 mil toneladas.

Os desafios no que diz respeito ao plantio do milho não são poucos:

A ausência de infraestrutura para viabilizar o escoamento de grãos, especialmente os de baixo valor agregado, relacionada à falta de armazéns nas regiões de fronteira representam obstáculos à expansão das lavouras de milho (MARTA E BERCHIELI, 2011, p.109 APUD CONAB, 2007, p.27).

Outro problema enfrentado na produção de milho são os preços que sempre estão instáveis no momento da colheita. Esse problema se justifica pois os produtores precisam se desfazer rapidamente da produção em função da falta de armazenamento nas fazendas e também de armazéns de uso público que em geral estão armazenados com a soja, com a expectativa de um melhor preço para a venda, ficando muitas vezes longos períodos armazenados.

Dessa forma, uma saída operacional está relacionada à construção de uma rede de armazéns de uso público, especialmente bem distribuídos para atendimento prioritário àqueles produtos que não representam interesses para as grandes corporações, tais como arroz e milho (MARTA E BERCHIELI, 2011 p.109 APUD CONAB, 2007, p.27).

⁵³ Entrevista com **Ondina Inez Boton** (Produtora Rural), realizada em 26/01/2015 às 16 h na Fazenda Planalto.

A alimentação de aves é responsável pela maior utilização da produção nacional de milho sendo responsável em 2007 por 44,6% do consumo, seguido pela suinocultura que representa 26,1% do consumo. O milho destinado à indústria representa 9,5% e, para o consumo humano somente 1,5% do total. Quase que a totalidade da produção é consumida internamente.

Os dados oficiais mostram uma tendência de crescimento da produção do milho em Mato Grosso:

Considerando a expansão da suinocultura, avicultura e, em consequência a produção da ração animal, o que incita a necessidade de articulação de mecanismo para que seu processo ocorra em território mato-grossense e que a comercialização in natura seja reduzida (MARTA E BERCHIELI, 2011, p.111).

É preciso levar em conta os incentivos fiscais e a existência de abatedouros incrementando a economia:

A proximidade das áreas produtoras de matéria-prima, como a soja e o milho, aliada à oferta de incentivos fiscais relativos ao ICMS e a disponibilidade de financiamento via FCO e BNDES, tem propiciado o deslocamento da criação e abates de aves e suínos da região sul do país para o Centro-Oeste. Além disso, a articulação entre criadores de aves e suínos, organizados de forma integrada aos abatedouros, propicia economias de escala para produção e tem encontrado um mercado crescente, tanto do ponto de vista do consumo interno, quanto do comércio exterior (MARTA E BERCHIELI, 2011, p.111).

O aumento de empregos também é considerável:

Em 1994, o setor apresentava 12 estabelecimentos que geravam 50 empregos, sendo que em 2007 registrou-se a existência de 81 empreendimentos que geravam 1.157 empregos, um crescimento médio anual do emprego na ordem de 42,1%. (MARTA E BERCHIELI, 2011, p.112).

Ainda sobre o abate de aves vale destacar que a partir da década de 1990 houve um crescimento da produção pecuária de suínos e aves no Estado, isso se justifica pela proximidade da cadeia de soja e milho para a produção de ração. Tais atividades atraem

investimentos para a instalação de frigoríficos para abate e processamento de produtos derivados da pecuária suína e avícola.

Ainda em 1990 iniciou-se a instalação de aviários no município de Campo Verde e Chapada dos Guimarães, cujo abate era realizado no frigorífico localizado no município de Várzea Grande. A criação e o abate de aves no Estado do Mato Grosso estimularam o plantio de milho para a alimentação, e os produtores de Jaciara são beneficiados devido à proximidade desses aviários onde os produtores teriam mercado consumidor para seu produto.

Outra cultura que gera emprego e renda para o município é o algodão que é produzido em escala menor. A dinâmica gerada pelo cultivo de algodão pode ser observada nas empresas instaladas na cidade em função da venda de insumos e produtos químicos para os produtores de algodão.

Assim como o milho, o algodão é uma alternativa, sobretudo, para a rotação de culturas, bem como um incentivo econômico aos agricultores jaciarenses.

“O início do plantio do algodão entrou primeiramente no município de Campo Verde no ano de 1997, e nós aqui em Jaciara fizemos o primeiro plantio em 1999, numa área de uns 50 hectares onde só se colhia com colheitadeira, mas não tinha prensa e não tinha bass boy (equipamento que transporta o algodão da colheitadeira para a prensa) era muito manual não se usava muito produto químico, se usava capina e porquê? Porque gerava bastava emprego aí foi se desenvolvendo mais lavouras aí teve o desenvolvimento das cidades gerando mais empregos, gerando mais atrativo para empresas se instalarem, o algodão hoje, usa muito produto químico para fazer rotação de cultura também ao invés de soja entrou o algodão pra conservação de solo o algodão também requer área bastante rica em adubação. O algodão também foi um atrativo, teve incentivo no ICMS onde que então era vantagem plantar o algodão de valor muito alto daí ficou um custo muito alto e veio uma crise do dólar em 2005 então começou-se a pesquisa pra o algodão de safrinha também para não ficar só na cultura do soja e milho, soja e milho, então faz-se a rotação planta soja num talhão, milho depois da soja, no outro talhão algodão aí faz-se uma safrinha de algodão onde fica um ciclo mais curto gerando um custo mais baixo.” (Ondina Inez Boton, produtora rural, 2015).⁵⁴

A agricultura moderna no município de Jaciara foi se consolidando através do dinamismo dos cultivos de soja e milho com o emprego de tecnologias que aumentaram a produtividade de ambos os cultivos. Além dessa tendência, se

⁵⁴ Entrevista com **Ondina Inez Boton** (Produtora Rural), realizada em 26/01/2015 às 16 h na Fazenda Planalto.

observa pelos relatos dos produtores uma expectativa gerada sobre essa atividade econômica com potencialidades de ser o “futuro” de Jaciara.

Portanto, a agricultura moderna e o turismo são considerados como o horizonte de expectativa do “tempo do futuro” de Jaciara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a compreensão desse processo foi necessário entender desde a criação do município e suas transformações ao longo de sua história. Para tanto, a história foi dividida em temporalidades que abarcaram desde o tempo passado, considerando a colonização; o tempo do presente com as características que foram sendo demonstradas até alcançar o tempo futuro na perspectiva do turismo e da agricultura moderna.

Em cada um desses tempos há a marca das atividades econômicas específicas que se caracterizaram e estão registradas como definidores desses tempos pela população de Jaciara.

Portanto, o *tempo do passado*, considera a história marcada primeiramente pelas atividades econômicas do processo de colonização que ocorreu no município. Assim, ultrapassa-se a história oficial que credita aos empreendedores da CIPA o mérito pela origem da cidade e apontam que nesse passado a agricultura tradicional e as atividades da usina de cana do município caracterizaram essa temporalidade.

A usina de cana, implantada como parte da história do município, faz no presente importante parte da economia local e representa elemento da insegurança para a manutenção dos empregos e liquidez financeira dos credores e fornecedores locais.

Diante dessa incerteza do *tempo do presente*, existe uma projeção do *tempo futuro* relacionada a economia do município e que não dependa da usina de cana ou que fica exposta às crises do setor. Pode ser identificada diante de um “*horizonte de expectativa*”, como aponta Koselleck (2006), no qual a população busca outras atividades econômicas como o turismo e agricultura, na busca da solução para tal dilema.

As dificuldades e motivos das crises estão situadas o tempo presente como impeditivos da plena execução e realização dessa expectativa. Um exemplo são as críticas de empresários e profissionais do setor quanto à falta de incentivo, organização e capacitação técnica de políticos e gestores municipais. Isso porque para os entrevistados, o potencial turístico de Jaciara é evidenciado pelas belezas naturais e sítios arqueológicos do município, e que estão sendo desperdiçados.

Essas foram as considerações finais que são o resultado da análise do objeto e objetivos propostos, que foram significativamente modestos. No entanto, é preciso ponderar que o município de Jaciara MT, como foi colonizado num período de permeado por uma lógica de expansão do capitalismo, e portanto, teve influência daquilo que Cardoso e Muller (1977) consideraram como o “caráter autoritário do Estado” e Ianni (1970) considerou “colonização e segurança”. Nesse período prevaleceu o poder autoritário do governo de Vargas e depois o militar vigente quando ocorreu a expansão da colonização no Centro Oeste Brasileiro.

Também Martins (1984) contextualizou o período considerando “a militarização da questão agrária no Brasil”. Segundo Martins (2009), a expansão da fronteira agrícola consolidou a fronteira como um lugar da alteridade e do conflito, cuja “[...] fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteiras de história e da historicidade do homem” (p.11).

Portanto, a partir desse referencial teórico, é possível afirmar que existem muitas outras questões que envolvem a historicidade do município de Jaciara, sobretudo, em seu “tempo do passado” que ainda se refletem no “tempo presente”. Questões envolvendo os movimentos sociais, sobretudo o MST, os sindicatos, trabalhadores rurais, conflitos fundiários, entre outros elementos que carecem de uma pesquisa empírica e documental aprofundada.

No entanto, por seguir as inquietações pessoais que nortearam essa pesquisa, deixo e compartilho a necessidade de novas pesquisas sobre o município de Jaciara MT.

REFERÊNCIAS

- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. Ed: USP. São Paulo, 2007.
- BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)**. São Leopoldo: Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2010.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BIANCHINI, Odaléa da Conceição D. **A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso: 1880-1940**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo à pecuária**. São Paulo, Scortecci, 2001.
- BRANDÃO, Jesus da S. **História da navegação em Mato Grosso**. Cuiabá, Livro Mato grossense, 1991.
- CAMPOS, Adriana Rodrigues dos Santos de. *Uma análise do turismo em Mato Grosso sob a ótica da matriz insumo-produto -2005*. Dissertação (Mestrado em Economia) -- UFMT, Cuiabá, 2010.
- CANABRAVA, Alice P. **O Açúcar nas Antilhas (1697-1755)**. Série Ensaios Econômicos, Vol. 15. Instituto de Pesquisas econômicas, 1981.
- CARDOSO, Fernando H. e MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- CORREA DE ANDRADE, Manoel. *A Produção Brasileira de Etanol*. Relatório STCP Engenharia de Projetos Ltda, 2006.
- D'ALEMBERT JACCOUND et al. *Avaliação de sustentabilidade: do crescimento do cultivo da soja para exportação no Brasil*. WWF. 2003.
- DRAIBE, Sonia. **Rumos e Metamorfose: Estado e Industrialização no Brasil 1930-1960**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.
- EMBRAPA. **A Saga da Soja no Brasil: Uma trajetória de sucesso**. Londrina – PR, 2002.
- _____. **A Soja no Brasil: História e Estatística**. Londrina – PR, 1987.
- FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1957.
- HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, Octávio. **Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1970. (Coleção Sociologia Brasileira; v.11).

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: _____ **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-RJ, 2006.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986.

MARTA, José Manuel C. & BERCHIELI, R. **Características da Indústria de Transformação de Mato Grosso**. Cuiabá: Edufimt, 2012.

MARTA, José Manuel C. & FIGUEIREDO, Adriano M. Rodrigues. *Uma interpretação política da Soja no Cerrado de Mato Grosso*. In: **XLIV Congresso da SOBER – Questão Agrária, Educação no campo e Desenvolvimento**. Fortaleza, 2006.

MARTA, José Manuel C. **Engenhos, Fábricas e Usina de Açúcar e Álcool em Mato Grosso**. 2013 (Prelo).

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Organização: Paul Singer; Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MORENO, Gislaine. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla / 1892-1992**. Cuiabá: EdUFMT; Entrelinhas. Cuiabá, 2007.

MOURA, Sandra Corrêa. *Aspectos da Pequena Produção em Mato Grosso: o caso de Jaciara e Juscimeira*. Dissertação (Mestrado em Geografia) -- UFRJ, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.

PORTELA, Lauro Virgíneo de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) -- UFMT, Cuiabá, 2009.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Expansão canavieira no Centro-Oeste: Limites e Potencialidades. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXII, n. 02, 2003.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1982.

SOUZA, Nali de Jesus de, **Desenvolvimento Econômico**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SZMRECSÁNYI, T. **O Planejamento da Agroindústria canvieira do Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

VILLAS BÔAS Orlando. **A marcha para o oeste**: A epopeia da Expedição Roncador – Xingu. 5. Ed. São Paulo: Globo, 1994.

VOLPATO, Luiza. **A Conquista da terra no universo da pobreza**. São Paulo, Hucitec, 1987.

FONTES DOCUMENTAIS

Município de Mato Grosso. Projeto Memória da Fundação Júlio Campos, S/D.

Jaciara em Revista. “Seus filhos te saúdam”, Ano I - N° 03, Outubro/99

Revista Stillo. “Jaciara: a Deusa da Lua”. MP4 Promoções e Publicidade, 1991.

FONTES ORAIS

Entrevista com **Egon Lindorfer** (Produtor Rural), realizada em 06/06/2014.

Entrevista com **Fausto Valentino da Silva** (Gerente de Usina), realizada em 28/04/2014.

Entrevista com **Geraldo Weisseimer** (Produtor Rural), realizada em 20/10/2014 às 15 h, na Fazenda Montenegro.

Entrevista com **Horácio Mendonça Neto** (Proprietário da Usina Jaciara), realizada em 15/03/2014 às 16 h.

Entrevista com **Kelly De Vlieger Martelli**, (Empresária), realizada em 11/02/2015 às 15 h no Taba Hotel.

Entrevista com **Nélida Glória Maneiro Rodrigues** (Guia de Turismo), realizada em 21/01/2015 às 16 h em sua residência.

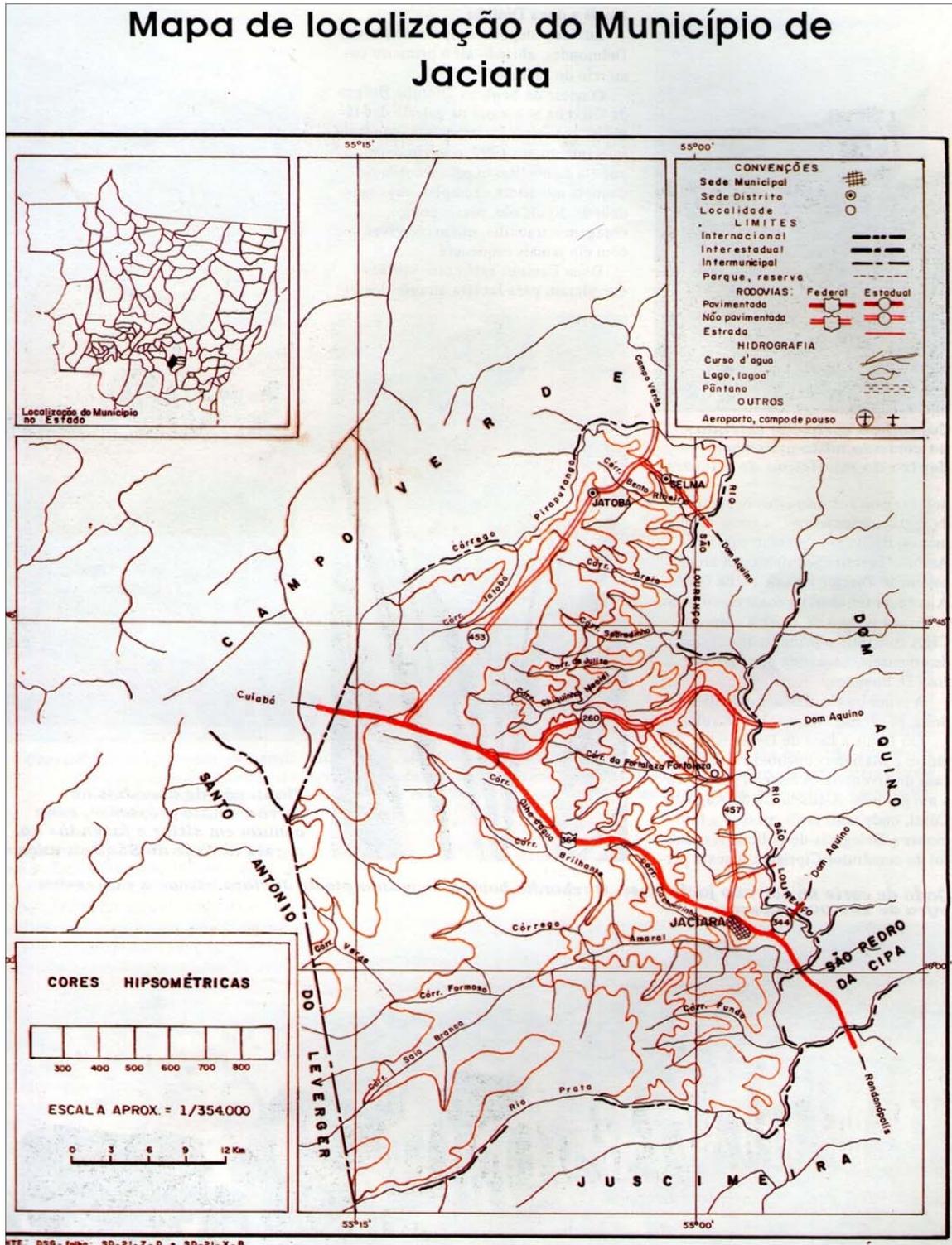
Entrevista com **Norberto Schneider** (Produtor Rural), realizada em 21/10/2014 às 10 h, na Fazenda Minuano.

Entrevista com **Ondina Inez Boton** (Produtora Rural), realizada em 26/01/2015 às 16 h na Fazenda Planalto.

ANEXOS

| | |
|--|----|
| ANEXO A – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JACIARA E JUSCIMEIRA | 97 |
| ANEXO B – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JACIARA | 98 |
| ANEXO C – REPORTAGEM SOBRE A ORIGEM DO NOME DA CIDADE JACIARA | 99 |

ANEXO B: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JACIARA



FONTE: Município de Mato Grosso. Projeto Memória da Fundação Júlio Campos, S/D.

ANEXO C: REPORTAGEM SOBRE A ORIGEM DO NOME DA CIDADE JACIARA

JACIARA

LENDA DE JACIARA

“A canoa, puxada a quatro remos, descia o pequeno afluente do Amazonas, desviando-se, ligeira, das grandes manchas de plantas aquáticas que a correnteza preguiçosamente arrastava. Quando o velho índio Tibúrcio, sutando a remada, começou a contar-me a mais formosa lenda daquelas Ribeiras:

- Antigamente, meu Senhor, este rio era limpo de toda sorte de água-pe, e de corrente tão clara que se podia ver, de dia, as traíras, os pias e os mandis rabeando no fundo, no grande leito de areia dourada. Nesse tempo, morava na cabeceira do rio, onde as águas são mais puras, um velho índio, o famoso Tauí, cuja filha JACIARA, assim chamada por ser a Senhora da Lua, era, com os seus olhos mais negros do que o Acapri, a mais formosa moça da redondeza.

O Caboclo enfiou, de novo, o úmido remo no grande leito do rio, fê-lo roncar saturno, nas profundezas d'água silenciosa, e levantando-o gotejante, continuou a narrativa:

- Um dia, voltando da caça, adivinhou Tauí, de longe, a presença de um estranho na palhoça que lhe servia de casa. Arrastando-se, como uma cobra, sobre as folhas do chão, estava o pobre pai a poucos passos da porta de esteiras. Quando de lá pulou um homem, que desapareceu, de um salto, no seio da mataria.

Duas remadas ressonaram, de novo, profundas no leito do rio, impelindo a canoa. E Tibúrcio reatou a História:

- Furioso com a traição da filha, o Índio, feroz, atirou-se contra ela, esganou-a e abriu-lhe de lado a lado, com a ponta da flecha, a caixa do peito moreno. Feito isso, enfiou no seu corpo as grandes unhas de tamanduá e arrancou-lhe, sangrento, o coração ainda



Amanhecer no Vale de São Lourenço.

palpitante que atirou da paorta da palhoça à clara correnteza do rio.

Impeliu, mais uma vez, a canoa ligeira, fazendo roncar no seio da água o seu pesado remo de massaranduba, e rematou:

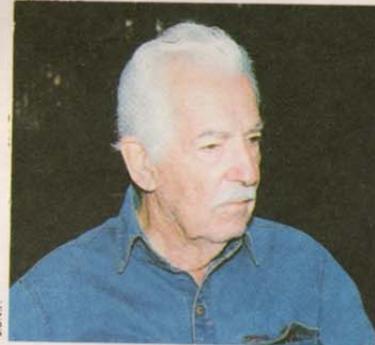
- Desde esse tempo, meu Senhor, começaram a aparecer no rio estas verdes plantas, errantes, cuja flor, alva como a Lua, dorme no fundo das águas e rebenta, à noite, com grande estampido, espalhando por tudo, em redor, a doçura do seu perfume.

E apontando-me uma “VITÓRIA RÉ-GIA”, que descia, alva e enorme, nos braços carinhosos das águas, acrescentou, compungido:

- Olhe, lá vai uma, é o coração de JACIARA...

E impeliu a canoa com força”.

(LENDA DE JACIARA, de HUMBERTO DE CAMPOS, do livro “A Serpente de Bronze”).



Coreolano de Assunção - o homem que deu o nome à cidade de Jaciara.

